

# MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



### SUMÁRIO

#### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

##### **PRESIDÊNCIA DA CÂMARA**

**Despachos n.º 39/P/2026** (Tolerância de ponto), **40/P/2026** (Cessação de funções - Chefe da Divisão de Reconversão das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal) e **41/P/2026** (Designação em substituição - Chefe da Divisão de Reconversão das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal)  
pág. 95

##### **DIREÇÕES MUNICIPAIS**

##### **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

##### **DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL**

##### **DIVISÃO DE INTERVENÇÃO EM HABITAÇÃO**

**Autos de consignação parcial dos trabalhos - Auto de receção provisória parcial - 2 dos trabalhos - Autos de receção provisória parcial final dos trabalhos - Auto de receção para libertação de caução parcial - 1 dos trabalhos - Auto de receção para libertação de caução parcial - 3 dos trabalhos - Auto de receção para libertação de caução parcial final dos trabalhos - Auto de receção provisória dos trabalhos - Auto de receção para libertação de caução parcial - 4 dos trabalhos**  
pág. 96

##### **DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS**

##### **DIVISÃO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS**

**Auto de vistoria para efeitos de receção provisória parcial da obra**  
pág. 97

##### **POLÍCIA MUNICIPAL**

**Despacho n.º 02/PM/2025** (Delegação e subdelegação de competências no 2.º comandante da Polícia Municipal) - **Edital n.º 02/PM/2026** (Viaturas abandonadas)  
pág. 97

##### **AMBIENTE, ESTRUTURA VERDE, CLIMA E ENERGIA**

##### **DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL**

**Processos**  
pág. 100

##### **CEMITÉRIO DO ALTO DE SÃO JOÃO**

**Petições**  
pág. 101

CEMITÉRIO DOS PRAZERES

**Petição**  
pág. 101

CEMITÉRIO DA AJUDA

**Petições**  
pág. 101

CEMITÉRIO DE BENFICA

**Petições**  
pág. 102

CEMITÉRIO DOS OLIVAIS

**Petição**  
pág. 102

CEMITÉRIO DO LUMIAR

**Petições**  
pág. 102

CEMITÉRIO DE CARNIDE

**Petição**  
pág. 102

**MOBILIDADE**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE

**Processos - Revogação de despachos**  
pág. 102

**UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL**

DIVISÃO DE GESTÃO DO EDIFICADO PRIVADO

**Anúncios n.ºs 132/UCT\_Div/GESTURBE/DGEP/2026, 163/  
/UCT\_Div/GESTURBE/DGEP/2026 e 224/UCT/DGEP/2026**  
pág. 104

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL  
CENTRO

**Anúncios n.ºs 69/UCT/UITC/2026, 71/UCT/UITC/2026,  
81/UCT/UITC/2026, 99/UCT/UITC/2026, 106/UCT/UITC/  
/2026, 108/UCT/UITC/2026, 128/UCT/UITC/2026, 152/  
/UCT/UITC/2026, 162/UCT/UITC/2026, 172/UCT/UITC/  
/2026, 199/UCT/UITC/2026, 203/UCT/UITC/2026, 209/  
/UCT/UITC/2026, 213/UCT/UITC/2026, 215/UCT/UITC/  
/2026 e 219/UCT/UITC/2026**  
pág. 108

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL  
CENTRO HISTÓRICO

**Anúncios n.ºs 222/UCT/UITCH/2026 e 235/UCT/UITCH/  
/2026**  
pág. 126

**ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO**

**EDITAIS**

**N.ºs 50/2026 e 51/2026** (Eleição do Presidente da República  
- 18 de janeiro de 2026)  
pág. 129

**NOTICIÁRIO**

**LISBOA OCIDENTAL - SRU, E. M., S. A.**  
pág. 135

## RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

### PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

#### Despacho n.º 39/P/2026

Tolerância de ponto

Tendo em atenção que se aproxima o período do Carnaval e que esta é uma época festiva tradicionalmente celebrada, sendo já habitual ser concedida tolerância de ponto aos trabalhadores do Município de Lisboa, para que assim se possam associar a esses festejos, determino tolerância de ponto nos próximos dias 16 e 17 de fevereiro de 2026.

Nos serviços considerados essenciais e cuja natureza não permita aplicar a tolerância de ponto acima determinada, os trabalhadores beneficiarão da mesma em data a acordar com o respetivo dirigente.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2026/01/30.

O Presidente,  
(a) *Carlos Moedas*

#### Despacho n.º 40/P/2026

Cessação de funções - Chefe da Divisão de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal

Nos termos do n.º 6 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pelas Leis n.º 68/2013, de 29 de agosto, e n.º 128/2015, de 3 de setembro, aplicável *ex vi* do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada pelas Leis n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e n.º 114/2017, de 29 de dezembro, cessa, a seu pedido, o regime de substituição da licenciada Cláudia Gomes Batista, técnica superior (Urbanismo e Planeamento) do mapa de pessoal do Município de Lisboa, no cargo de chefe da Divisão de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, do Departamento de Planeamento Urbano, da Direção Municipal de Urbanismo, da Câmara Municipal de Lisboa, desde 24 de setembro de 2018, para o qual foi designada pelo Despacho n.º 205/P/2018, de 20 de setembro, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1283, de 20 de setembro de 2018.

O presente despacho produz efeitos a 31 de janeiro de 2026.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2026/01/31.

O Presidente,  
(a) *Carlos Moedas*

#### Despacho n.º 41/P/2026

Designação em substituição - Chefe da Divisão de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pelas Leis n.º 68/2013, de 29 de agosto, e n.º 128/2015, de 3 de setembro, aplicável *ex vi* do n.º 1 do artigo 2.º e n.º 1 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada pelas Leis n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e n.º 114/2017, de 29 de dezembro, e tendo em consideração a nota curricular em anexo, designo, em regime de substituição, para o cargo de chefe da Divisão de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, do Departamento de Planeamento Urbano, da Direção Municipal de Urbanismo, da Câmara Municipal de Lisboa, a licenciada Ana Patrícia Silva Bernardo, técnica superior do mapa de pessoal do Município de Almada.

Autorizo, nos termos do artigo 31.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que a ora nomeada possa optar, querendo, pelo vencimento ou retribuição base da sua categoria de origem, respeitados os limites remuneratórios estabelecidos neste preceito legal.

O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2026.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2026/02/01.

O Presidente,  
(a) *Carlos Moedas*

#### NOTA CURRICULAR

##### Ana Patrícia Silva Bernardo

Arquiteta e membro efetivo da Ordem dos Arquitetos Portugueses (n.º 7517), possui uma sólida formação académica na área da arquitetura e reabilitação urbana. É licenciada em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (1997) e detém uma pós-graduação em Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos pela mesma instituição (2003), tendo obtido a classificação final de 15 valores em ambos os ciclos de estudo.

Exerce a sua atividade profissional na Câmara Municipal de Almada, onde trabalha desde 1998, abarcando múltiplas valências do planeamento e gestão urbanística. Iniciou funções no Departamento de Administração Urbanística,

onde permaneceu até 2016, adquirindo conhecimento no âmbito dos procedimentos administrativos e regulamentares. Entre 2016 e 2018, integrou a Divisão de Desenvolvimento Económico, desenvolvendo uma perspetiva integrada entre o urbanismo e a economia local. De 2018 a 2022, exerceu funções na Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana, onde aplicou diretamente a sua especialização académica, tendo sido responsável pela elaboração do documento estratégico para a Operação de Reabilitação Urbana da Costa da Caparica e colaborado na redação do Regulamento do Programa de Apoio à Reabilitação Urbana de Almada. Desde setembro de 2022, desempenha o cargo de arquiteta na Divisão de Projetos Municipais Estratégicos e Regeneração Urbana, participando em iniciativas de planeamento de maior alcance e complexidade.

Ao longo da sua carreira, tem exercido funções de coordenação e organização de eventos técnico-culturais de relevância municipal, como seminários, exposições e encontros nacionais.

Acompanha o desenvolvimento de várias áreas através do investimento em formação contínua, nomeadamente em áreas como o Código dos Contratos Públicos, gestão de equipas, ferramentas informáticas especializadas (AutoCAD avançado, SIGMA, Excel) e sistemas de informação geográfica (GeoMedia).

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

#### DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

##### DIVISÃO DE INTERVENÇÃO EM HABITAÇÃO

##### Autos de consignação parcial dos trabalhos

Por despacho do diretor do Departamento de Habitação Municipal, Eng.º João António de Matos Vargas:

Por despacho de 2026/01/19, foi homologado o Auto de consignação parcial dos trabalhos referentes à Requisição de Trabalhos n.º 26 (Rua General João de Almeida, 12) da «Empreitada n.º 9/DMMC/DHM/DIH/2024 - Demolição urgente de edifícios municipais em Lisboa», adjudicada à firma Estrela do Norte - Engenharia e Construção, S. A.

Por despacho de 2026/01/20, foi homologado o Auto de consignação parcial dos trabalhos referentes à Requisição de Trabalhos n.º 28 (Rua Luís Monteiro, s/n.º - Lavadouro junto ao n.º 39) da «Empreitada n.º 9/DMMC/DHM/DIH/2024 - Demolição urgente de edifícios municipais, em Lisboa», adjudicada à firma Estrela do Norte - Engenharia e Construção, S. A.

##### Auto de receção provisória parcial - 2 dos trabalhos

Por despacho do diretor do Departamento de Habitação Municipal, Eng.º João António de Matos Vargas:

Por despacho do de 2026/01/16, foi homologado o Auto de receção provisória parcial - 2 dos trabalhos da «Empreitada n.º 1/DMMC/DHM/DIH/2023 - Reabilitação de 2 fogos devolutos e 3 ocupados no prédio municipal, sito na Rua do Grémio Lusitano, 19», adjudicada à firma Cimeira - Indústria e Comércio de Construção Civil, Ltd.ª.

##### Autos de receção provisória parcial final dos trabalhos

Por despacho do diretor do Departamento de Habitação Municipal, Eng.º João António de Matos Vargas:

Por despacho de 2026/01/16, foi homologado o Auto de receção provisória parcial final dos trabalhos da «Empreitada n.º 18/DMMC/DHM/DIH/2023 - Reabilitação do prédio municipal na Rua de São Bento, 270, incluindo 5 fogos vagos no 2.º direito, 2.º esquerdo, 1.º direito, sobreloja direita, sobreloja esquerda e intervenção nos fogos habitados», adjudicada à firma Rocwork - Soluções Construtivas, Unipessoal, Ltd.ª.

Por despacho de 2026/01/16, foi homologado o Auto de receção provisória parcial final dos trabalhos da «Empreitada n.º 29/DMMC/DHM/DIH/2023 - Reabilitação de 6 fogos vagos, sites em: Rua das Barracas, 55, 1.º direito, Travessa da Estefânia, 19, 3.º esquerdo, Rua Feliciano de Sousa, 30, 4.º andar, Rua Arco da Graça 20/22, 4.º andar, Rua Particular à Cascalheira, 19 e Rua dos Prazeres, 49 - Vila Fernandes, porta 17 - BNAUT-PRR», adjudicada à firma Santos & Cipriano - Construções Cíveis e Obras Públicas, Ltd.ª.

##### Auto de receção para libertação de caução parcial - 1 dos trabalhos

Por despacho do diretor do Departamento de Habitação Municipal, Eng.º João António de Matos Vargas:

Por despacho de 2026/01/20, foi homologado o Auto de receção para libertação de caução parcial - 1 de trabalhos da «Empreitada n.º 2/DMMC/DHM/DPH/2020 - Reabilitação Urbana da Zona de Alvenarias do Bairro da Boavista - Fase 3 - 50 fogos», adjudicada à firma Construções Gabriel A. S. Couto, S. A.

##### Auto de receção para libertação de caução parcial - 3 dos trabalhos

Por despacho do diretor do Departamento de Habitação Municipal, Eng.º João António de Matos Vargas:

Por despacho de 2026/01/23, foi homologado o Auto de receção para libertação de caução parcial - 3 dos trabalhos da «Empreitada n.º 37/DMMC/DHM/DIH/2020 - Demolições prioritárias e urgentes de património municipal (lote 2)», adjudicada à firma Metalcário - Construções, Ltd.ª.



## **Auto de receção para libertação de caução parcial final dos trabalhos**

Por despacho do diretor do Departamento de Habitação Municipal, Eng.º João António de Matos Vargas:

Por despacho de 2026/01/16, foi homologado o Auto de receção para libertação de caução parcial final dos trabalhos da «Empreitada n.º 22/DMMC/DHM/DIH/2019 - Reabilitação de 3 fogos mais 1 ocupado em prédios municipais, sítos na Travessa Moinho de Vento, 19, 1.º direito e 21, r/c direito, r/c esquerdo e cave esquerda», adjudicada à firma A. Morgado Gama, Ltd.ª.

## **Auto de receção provisória dos trabalhos**

Por despacho do diretor do Departamento de Habitação Municipal, Eng.º João António de Matos Vargas:

Por despacho de 2026/01/28, foi homologado o Auto de receção provisória dos trabalhos da «Empreitada n.º 11/DMMC/DHM/DIH/2025 - Demolição de edifícios no Bairro da Cruz Vermelha, Lumiar - lotes 2 e 4», adjudicada à firma Penelaterraplanagens - Desaterros e Terraplanagens, Ltd.ª.

## **Auto de receção para libertação de caução parcial - 4 dos trabalhos**

Por despacho do diretor do Departamento de Habitação Municipal, Eng.º João António de Matos Vargas:

Por despacho de 2026/01/28, foi homologado o Auto de receção para libertação de caução parcial - 4 dos trabalhos da «Empreitada n.º 9/DMMC/DHM/DIH/2021 - Reabilitação dos prédios da Rua do Lumiar, 81 (incluindo fogo vago r/c) e da Rua dos Fanqueiros, 34 (cobertura)», adjudicada à firma Tosvec - Sociedade de Empreitadas e Construções, Ltd.ª.

## **DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS**

### **DIVISÃO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS**

## **Auto de vistoria para efeitos de receção provisória parcial da obra**

Por despacho da diretora do Departamento de Edifícios Municipais, Arq.ª Ana Paula Cunha:

Por despacho de 2026/01/30, foi homologado o Auto de vistoria para efeitos de receção provisória parcial da «Empreitada n.º 11/DMMC/DEM/DPCE/24 - Beneficiação Geral do Auditório Fernando Pessa na Casa dos Direitos Sociais, Marvila», adjudicada à firma EFIMA - Eficiência, Instalações e Manutenção, S. A.

## **POLÍCIA MUNICIPAL**

### **Despacho n.º 02/PM/2025**

Delegação e subdelegação de competências no 2.º comandante da Polícia Municipal

I - Nos termos do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, e dos artigos 44.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação em vigor, considerando as competências decorrentes do artigo 6.º, n.º 2 do Regulamento de Funcionamento e Organização da Polícia Municipal de Lisboa e considerando as competências que me foram delegadas e subdelegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Carlos Moedas, através do Despacho n.º 290/P/2025, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1660, de 11 de dezembro, delego e subdelego no 2.º comandante da Polícia Municipal de Lisboa, Superintendente Alexandre Manuel da Costa Vieira ou em quem legalmente o substitua, as seguintes competências:

### **A - Em matéria de contratação e realização de despesas:**

- 1 - Autorizar a realização de despesas até ao limite de 49 879 euros (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros), no âmbito da celebração de contratos públicos, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor, conjugado com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por via do artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, no âmbito da formação dos contratos públicos, praticar os atos jurídicos e operações materiais e exercer as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento, bem como em sede de execução dos contratos administrativos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante/dono da obra, incluindo o dever de participação de quaisquer factos suscetíveis de constituírem contraordenações nos termos do disposto nos artigos 456.º a 458.º, por força do disposto no n.º 3 do artigo 461.º do CCP;
- 3 - Nos casos em que o contrato não implique o pagamento de um preço pelo Município de Lisboa, e se inscreva nas competências da respetiva Unidade Orgânica, tomar a decisão de contratar;
- 4 - Exercer, nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, todas as competências cometidas nesses diplomas à entidade adjudicante/dono da obra, até ao limite previsto no ponto 1;
- 5 - Aprovar propostas para descomprometer verbas orçamentadas até ao limite previsto no ponto 1;
- 6 - Apor vistos e assinar avisos e guias de pagamento de faturas;

- 7 - Outorgar, em representação do Município, os contratos, os acordos e os protocolos, designadamente no âmbito da atividade da Polícia Municipal, e que estejam contidos na área de subdelegação definidos no Despacho n.º 290/P/2025, citado;
- 8 - Enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, designadamente os respeitantes a todos os procedimentos que tramitem na Polícia Municipal ou que a despesa seja realizada no âmbito da respetiva Orgânica, seja ou não em sede de fiscalização prévia, em articulação com a Direção Municipal de Finanças;
- 9 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais necessárias à condução do respetivo procedimento, bem como decidir sobre impugnações administrativas apresentadas nos termos dos artigos 267.º e seguintes do CCP;
- 10 - Exercer, em sede de execução dos contratos públicos, as competências atribuídas à entidade adjudicante, incluindo as que dizem respeito a contratos sem valor e ainda no respeitante à decisão sobre pedidos que não impliquem a realização de despesa.

#### **B - Em matéria de procedimento administrativo:**

- 1 - Exercer as competências necessárias à instrução dos procedimentos cuja competência decisória caiba à Câmara Municipal ou ao Presidente da Câmara, no âmbito das matérias dos respetivos Serviços, praticando todos os atos e formalidades de carácter instrumental necessários e assegurar a execução das deliberações e despachos respetivos;
- 2 - Dirigir a instrução dos procedimentos administrativos em curso nos termos do artigo 115.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 3 - Proceder à junção de documentos nos processos referidos no ponto anterior;
- 4 - Convidar os requerentes a suprir deficiências dos requerimentos e supri-las oficiosamente por virtude de simples irregularidades ou de mera imperfeição na respetiva formulação;
- 5 - Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível;
- 6 - Emitir certidões e cópias das deliberações, despachos e outros atos e documentos, bem como autenticar documentos, nomeadamente com o selo branco;
- 7 - Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal para conhecimento das decisões tomadas;
- 8 - Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal que, nos termos das normas e instruções em vigor, tenha de pronunciar-se antes da decisão;
- 9 - Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- 10 - Promover a publicação em *Boletim Municipal* e, quando a lei expressamente o determine, em «Diário da República», das decisões destinadas a ter eficácia externa, nos termos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 11 - Realizar a audiência dos interessados;
- 12 - Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados;
- 13 - Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;

- 14 - Assegurar o cumprimento do prazo geral de conclusão dos procedimentos administrativos;
- 15 - Informar por escrito, no processo, se foram cumpridas todas as obrigações legais e regulamentares, relativamente a todos os processos que corram pela Polícia Municipal, e careçam de decisão ou de deliberação dos eleitos locais, nos termos do disposto da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 16 - Modificar ou revogar os atos praticados por elementos policiais ou funcionários dos respetivos Serviços;
- 17 - Promover a consulta às entidades que, nos termos da legislação em vigor, devam emitir autorização, aprovação ou parecer sobre pedidos cuja instrução esteja funcionalmente cometida ao Serviço;
- 18 - Reconhecer a extinção dos procedimentos administrativos em curso nos respetivos Serviços, ao abrigo do disposto nos artigos 93.º a 95.º do Código do Procedimento Administrativo;
- 19 - Solicitar e fornecer informações a outros Serviços Municipais ou a entidades externas ao Município;
- 20 - Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação dos respetivos Serviços e assegurar os contatos e a colaboração com as entidades responsáveis pela produção de estatísticas com interesse para os citados Serviços;
- 21 - Promover a adaptação das normas comunitárias ao Direito Nacional no âmbito da atividade dos respetivos Serviços;
- 22 - Proceder aos registos que se mostrem necessários no âmbito dos respetivos Serviços;
- 23 - Endereçar respostas às reclamações apresentadas no âmbito dos respetivos Serviços;
- 24 - Emitir pareceres ou determinar a sua elaboração, em matérias incluídas no presente âmbito, por iniciativa própria ou na sequência de solicitação do ora subdelegante.

#### **C - Em matéria de recursos humanos:**

- 1 - Gerir os recursos humanos dos serviços da Polícia Municipal, nos casos e nos termos determinados por lei;
- 2 - Aprovar e alterar o mapa de férias, autorizar a sua acumulação no ano civil imediato, e tomar as restantes decisões relativas a férias com respeito pelo interesse do Serviço;
- 3 - Justificar ou injustificar faltas;
- 4 - Decidir em matéria de horário de trabalho, nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis do Município, e com respeito pelas orientações emitidas pela Direção Municipal de Recursos Humanos, em matéria de duração e horário de trabalho.

#### **D - Em matéria de património afeto à Polícia Municipal:**

- 1 - Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis do Município afetos à Polícia Municipal;
- 2 - Promover todas as ações necessárias à administração corrente e conservação do Património Municipal afeto à Polícia Municipal;

- 3 - Indicar os legais representantes do Município para efeitos de aferição do valor dos danos causados em bens do Património Municipal ou dele desviado, quando afetos à Polícia Municipal;
- 4 - Proceder à homologação de autos de extravio e abate dos bens móveis incapazes ou inúteis para o serviço e afetos à Polícia Municipal.

#### **E - Em matéria policial:**

- 1 - Atribuir a licença e exercer as demais competências relativamente aos guardas-noturnos, nos termos da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto e do Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício e Fiscalização da Atividade de Guarda-Noturno, publicado no *Boletim Municipal*, de 2 de junho de 2005;
- 2 - Acompanhar a implementação e operacionalidade do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP);
- 3 - Propor a substituição de agentes, nos termos do Regulamento da Polícia Municipal;
- 4 - Propor a cessação de situações de mobilidade de agentes da Polícia Municipal;
- 5 - Promover ações de fiscalização por solicitação dos Serviços Municipais;
- 6 - Promover a deteção e comunicação de anomalias e situações que careçam de intervenção por parte de outros Serviços Municipais, para que possa ser efetuada a respetiva reparação;
- 7 - Promover a vigilância, proteção e manutenção da ordem nas áreas sujeitas a regime florestal no concelho de Lisboa;
- 8 - Promover a manutenção da tranquilidade pública e na proteção da comunidade local, exercendo funções de segurança pública, na vigilância de espaços públicos ou abertos ao público;
- 9 - Levantar autos de notícia dos atos que constituam ilícitos penais, fornecer os dados daí resultantes e propor ao Departamento Jurídico a instauração dos respetivos processos contraordenacionais;
- 10 - Fazer executar mandatos de notificação;
- 11 - Autorizar deslocações para fora do Município, mas dentro do território nacional, ao pessoal afeto à Polícia Municipal, bem como às viaturas que lhe estão afetas, por razões consideradas de serviço ou em benefício daquela Unidade Orgânica;
- 12 - Autorizar a realização e pagamento de despesas decorrentes da atividade de remoção de veículos;
- 13 - Programar a conservação, manutenção e valorização dos edifícios e outras instalações que se encontrem na dependência ou sob a gestão da Polícia Municipal, incluindo todas as medidas que se reputem necessárias à manutenção das suas condições de prontidão e o relacionamento com os Serviços Municipais com competências na matéria;
- 14 - Propor e instruir candidaturas do Município de Lisboa a fundos públicos e privados, programas de incentivo e similares, em articulação com a Unidade Orgânica competente;
- 15 - Exercer as demais competências instrumentais à atividade da Polícia Municipal, nos termos da lei.

#### **F - Relativamente a matérias não referidas nos pontos anteriores:**

1 - Representar o Município ou a Câmara Municipal no relacionamento com outros organismos da Administração Pública e outras organizações públicas e privadas, nomeadamente no âmbito da assinatura de Contratos, Protocolos e Acordos de Parceria previamente autorizados e que estejam contidos nas matérias da respetiva área de subdelegação, excetuando a assinatura de documentos com qualquer uma das seguintes entidades:

- i. - Presidente da República;
- ii. - Presidente da Assembleia da República;
- iii. - Primeiro-ministro e Membros do Governo;
- iv. - Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional;
- v. - Provedor de Justiça;
- vi. - Procurador-geral da República; e
- vii. - Quando celebrados nos Paços do Concelho de Lisboa, Presidentes de outras Câmaras Municipais.

- 2 - Assinar ou visar correspondência em nome do Município ou da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-ministro e Membros do Governo, Procurador-geral da República e com Presidentes de Câmaras Municipais;
- 3 - Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, no âmbito das áreas ora subdelegadas;
- 4 - Apresentar queixas e denúncias, nos termos da legislação penal e processual penal;
- 5 - Liquidar taxas, preços e outras receitas municipais associadas à atividade da Polícia Municipal;
- 6 - Proceder aos registos que se mostrem necessários no âmbito da respetiva área;
- 7 - Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação da Polícia Municipal, bem como assegurar os contatos com as entidades e serviços responsáveis pela sua produção e, ou, utilização;
- 8 - Promover a adaptação das Normas Camarárias diretamente relacionadas com o conteúdo funcional da Polícia Municipal ao direito nacional e comunitário;
- 9 - Conduzir a realização de estudos, emissão de pareceres e o desempenho de atividades de apoio técnico no âmbito da respetiva área.

II - Autorizo a prática por parte do 2.º comandante da Polícia Municipal ou de quem legalmente o substitua, de atos de administração ordinária nas matérias não subdelegadas.

III - Nos termos do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, autorizo o 2.º comandante da Polícia Municipal de Lisboa, a subdelegar as competências referidas, de acordo com os limites legais e regulamentares.



IV - O 2.º comandante da Polícia Municipal deve responder, no prazo máximo de 5 dias úteis aos pedidos de informação por mim solicitados.

V - O 2.º comandante da Polícia Municipal, deve elaborar relatórios mensais de todas as atividades desenvolvidas ao abrigo do presente despacho, os quais deverão ser-me apresentados até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que respeitam.

VI - Ratifico, ao abrigo do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos administrativos entretanto praticados pelo 2.º comandante da Polícia Municipal, que estejam em conformidade com a presente

subdelegação de competências, bem como os atos entretanto praticados no âmbito da formação e execução de contratos públicos cuja despesa não exceda 49 879 euros (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros).

VII - O presente despacho produz efeitos na data da assinatura.

Rua Cardeal Saraiva, em 2025/12/11.

O comandante da Polícia Municipal,

(a) *José Ricardo Nazareth de Carvalho Figueira - Superintendente*

## Edital n.º 02/PM/2026

Viaturas abandonadas

Faz-se saber que, nos termos dos artigos 163.º e seguintes do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro e pela Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, os veículos abaixo indicados encontram-se depositados no Parque Municipal, sito no Vale do Forno, Carnide, nesta cidade, serão considerados abandonados e adquiridos por ocupação pela Câmara Municipal de Lisboa, se não forem levantados, no prazo de 45 dias, a contar da data da publicação do presente Edital.

Nome Proprietário	Local de remoção	Matrícula	Processo
Dennis Krüger	Rua Adães Bermudas. Lisboa	WMKD691	17385 VR 2025
Herdeiros de Armando Joaquim Lopes	Rua dos Quarteis, N.º 92 - Lisboa	78-05-JT	18230 VR 2025
Gonçalo Patrão Campos de Oliveira	Rua Conselheiro Martins de Carvalho, N.º 17 - Lisboa	72-JL-37	18249 VR 2025
Desconhecido	Av.º João Paulo II, traseira lote 555. Lisboa	0072BWK	18509 VR 2026
Desconhecido	Rua Cidade João Belo , 11, Lisboa	25-57-OE	18545 VR 2026
Desconhecido	Rua Octávio Pato - Lisboa	S/Matrícula	18556 VR 2026

Lisboa, em 2026/01/27.

Pel'O comandante,

(a) *David Vieira - Subintendente*

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### AMBIENTE, ESTRUTURA VERDE, CLIMA E ENERGIA

#### DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

#### Processos despachados

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves:

#### Deferidos

Averbamento de jazigo particular ou sepultura perpétua (artigo 63.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T7.6.2. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

13 063/CML/24 - Maria Teresa Marques Craveiro Lopes Preto e outros.

16 479/CML/25 - Maria Clara dos Santos Branco e outra.

18 858/CML/25 - João Diogo de Ribeiro Neves Vassalo.

19 321/CML/25 - Maria Isabel Craveiro Lopes dos Reis Seabra e outros.

19 435/CML/25 - Cláudia Sofia Nogueira Garcia.

19 884/CML/25 - Francisco Nuno Vieira de Brito e Sousa Reis e outros.

19 885/CML/25 - José Augusto Cunha do Vale.

1188/CML - João Paulo Maya Dias Pinheiro.

Cedência de terreno para construção de sepultura perpétua (artigo 49.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T7.6.2. e T7.7.1. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

16 872/CML/25 - Fátima Catarina Pimenta Correia e outros.

Alienação de jazigo particular (artigo 64.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T7.7.2. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

19 484/CML/25 - Maria de Lurdes Reis da Silva Costa.

Mudança de interessado de compartimento municipal (artigos T1.1.17 ou T7.6.3. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

19 396/CML/25 - Maria Dulce Leitão da Costa Gonçalves.  
19 541/CML/25 - Maria de Lourdes Oliveira Guimarães.  
19 667/CML/25 - Maria Manuela Paulino Cordeiro de Sá Fernandes.  
945/CML - Emília Teresa Pires Magro Serra.  
969/CML - Sandra Isabel Mouro Mendes.  
1139/CML - José Afonso Ferreira Frazão da Costa Abreu.  
1144/CML - Maria da Graça Gomes dos Santos Broa.  
1176/CML - Vera Alexandra Figueira Reis Ribeiro.  
1218/CML - Ricardo Miguel Santos de Oliveira Leitão.  
1251/CML - Sandra Verónica Ferreira São Pedro Silva Santos.  
1456/CML - Henrique Manuel Sirgado de Sousa Ganho.  
1517/CML - Henrique Manuel Gonçalves dos Santos Sá.  
1560/CML - António José Aguiar Maia Ferreira.  
1561/CML - António José Aguiar Maia Ferreira.  
1641/CML - António Pascoal Fernandes.  
1651/CML - Maria Cristina Santos Borges Galamas Ferreira.

#### Arquivados

Averbamento e 2.ª via de título ou alvará (artigos 63.º e 53.º, n.º 4 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T7.6.2. e T7.6.2.1. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

11 449/CML/25 - Ana Paula Guedes Ferreira. - Nos termos do artigo 132.º do Código do Procedimento Administrativo.

Averbamento de jazigo particular ou sepultura perpétua (artigo 63.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T7.6.2. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

4053/CML/25 - Maria Teresa de Avilez Paixão e outros.  
- Nos termos do artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo.  
18 804/CML/25 - Maria de Fátima Henriques Rodrigues da Silva. - Nos termos do artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo.

#### CEMITÉRIO DO ALTO DE SÃO JOÃO

##### Petições deferidas

Ao abrigo dos artigos 90.º, 91.º, 97.º e 98.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves:

Revestimento de sepultura temporária

49 - Graça Maria Pissara Fernandes.  
72 - João Pedro das Neves Alves.  
73 - Maria da Hora Gandra Jesus da Silva Santos.  
74 - Ana Cristina Pereira Pessoa.  
78 - Dina Margarida Massa de Amaral.  
79 - Maria Eugénia do Nascimento Pires.

Intervenção em compartimento municipal

80 - Rodrigo Coutinho Correia.

Intervenção em construções particulares.

85 - André Eduardo Pereira Azevedo Monteiro.

*As taxas, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.*

#### CEMITÉRIO DOS PRAZERES

##### Petição deferida

Ao abrigo dos artigos 90.º, 91.º, 97.º e 98.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves:

Intervenção em construções particulares

70 - Maria Tereza de Aquino e Castro. - *As taxas, relativas à petição indicada, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário será a petição Arquivada, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.*

#### CEMITÉRIO DA AJUDA

##### Petições deferidas

Ao abrigo dos artigos 90.º, 91.º, 97.º e 98.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves:

Revestimento de sepultura temporária

42 - Alfredo Albino Roque Guerra.  
44 - José Emídio Melo Morgado.  
47 - Paulo Jorge Vieira Nogueira.  
92 - Maria Teresa dos Santos Fernandes Marques.

Intervenção em compartimento municipal

41 - Ana Maria Martinho de Sousa Teixeira Augusto.  
45 - Armando Alves Martins.  
60 - Mónica Pais Barbosa de Araújo Rodrigues.  
87 - Célia Candeias Dias de Benedito Malha.  
88 - Ana Cristina Duarte Galvão.  
89 - Margarete Sofia Fernandes Isasca.  
90 - Anabela Pinto Saraiva.



## Intervenção em construções particulares

86 - Maria Manuela de Almeida Santa Maria Magalhães de Serpa.

*As taxas, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.*

## CEMITÉRIO DE BENFICA

### Petições deferidas

Ao abrigo dos artigos 90.º, 91.º, 97.º e 98.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves:

Revestimento de sepultura temporária

- 51 - Rui Carlos Neves Gonçalves.
- 52 - Maria Elisabete Almeida Lopes.
- 53 - Alisson Osmar Correia Naval da Silva.
- 55 - Lilian Rute Duarte Gonçalves da Cruz.
- 68 - Manuel Ferreira de Sousa.
- 81 - Guilherme da Silva Lopes.
- 82 - Cláudia Alexandra Correia Guerreiro do Vale Luís.
- 83 - Sandra Cristina Ferreira Duarte.

Intervenção em compartimento municipal

84 - Susana Marisa Tente da Rocha Santos Osório.

*As taxas, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.*

## CEMITÉRIO DOS OLIVAIS

### Petição deferida

Ao abrigo dos artigos 90.º, 91.º, 97.º e 98.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves:

Intervenção em compartimento municipal

69 - Maria Inês da Silva Gomes. - *As taxas, relativas à petição indicada, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário será a petição Arquivada, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.*

## CEMITÉRIO DO LUMIAR

### Petições deferidas

Ao abrigo dos artigos 90.º, 91.º, 97.º e 98.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves:

Revestimento de sepultura temporária

- 63 - Isabel Maria Nunes Pereira.
- 64 - Maria Isabel Mateus da Costa.
- 65 - Maria Alexandra Clara Sobral.
- 71 - Olga de Jesus Neves Mourato Barata.
- 72 - Olga de Jesus Neves Mourato Barata.

*As taxas, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.*

## CEMITÉRIO DE CARNIDE

### Petição deferida

Ao abrigo dos artigos 90.º, 91.º, 97.º e 98.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves:

Intervenção em compartimento municipal

93 - Alfredo Manuel Carreira Martins. - *As taxas, relativas à petição indicada, deverão ser paga na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário será a petição Arquivada, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.*

## DIREÇÃO MUNICIPAL

### MOBILIDADE

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE

### Processos deferidos

Por despacho da diretora de departamento, Eng.ª Ana Rita Sousa:

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 3.ª emissão

13 151/CML/25 - Auto Táxis Pinto Amaral, Ltd.ª - Licença n.º 1199. - Nos termos da Informação n.º 70/DGM/DMM/ /CML/26.

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 3.ª emissão

10 734/CML/25 - Auto Táxis Pinto Amaral, Ltd.ª - Licença n.º 1199. - *Nos termos da Informação n.º 70/DGM/DMM/CML/26.*

13 041/CML/24 - Táxis - Carlos Esteves, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 3492 - MR. - *Nos termos da Informação n.º 96/DGM/DMM/CML/26.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 4.ª emissão

5659/CML/25 - Táxi Chanzenses, Ltd.ª - Licença n.º 1036. - *Nos termos da Informação n.º 84/DGM/DMM/CML/26.*

18 935/CML/24 - Auto Táxi Sequeira & Margarida, Ltd.ª - Licença n.º 1175. - *Nos termos da Informação n.º 85/DGM/DMM/CML/26.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 5.ª emissão

6586/CML/25 - Táxis Tulipa D'Ouro, Ltd.ª - Licença n.º 2249. - *Nos termos da Informação n.º 91/DGM/DMM/CML/26.*

9920/CML/25 - Táxis Abreu & Alves, Ltd.ª - Licença n.º 2755. - *Nos termos da Informação n.º 73/DGM/DMM/CML/26.*

12 791/CML/25 - Alexandre Domingos, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 2824. - *Nos termos da Informação n.º 92/DGM/DMM/CML/26.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 5.ª emissão

9918/CML/25 - Táxis Abreu & Alves, Ltd.ª - Licença n.º 2755. - *Nos termos da Informação n.º 73/DGM/DMM/CML/26.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 6.ª emissão

4244/CML/25 - Táxis Três A'S, Ltd.ª - Licença n.º 75. - *Nos termos da Informação n.º 81/DGM/DMM/CML/26.*

3241/CML/25 - J21S, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1278. - *Nos termos da Informação n.º 79/DGM/DMM/CML/26.*

17 211/CML/25 - João Midanjo, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1528. - *Nos termos da Informação n.º 95/DGM/DMM/CML/26.*

8066/CML/25 - Diagonal Believer, Ltd.ª - Licença n.º 3047. - *Nos termos da Informação n.º 78/DGM/DMM/CML/26.*

5822/CML/25 - Táxis Pesqueirense, Ltd.ª - Licença n.º 3284. - *Nos termos da Informação n.º 93/DGM/DMM/CML/26.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 6.ª emissão

5802/CML/24 - Acinzentadosubtil, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 2203. - *Nos termos da Informação n.º 94/DGM/DMM/CML/26.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de designação - 6.ª emissão

14 616/CML/25 - J21S, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1278. - *Nos termos da Informação n.º 79/DGM/DMM/CML/26.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 7.ª emissão

11 060/CML/25 - Coragem Peculiar, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1264. - *Nos termos da Informação n.º 86/DGM/DMM/CML/26.*

2952/CML/25 - Ivo Pratas, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 2839. - *Nos termos da Informação n.º 72/DGM/DMM/CML/26.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 7.ª emissão

2954/CML/25 - Ivo Pratas, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 2839. - *Nos termos da Informação n.º 72/DGM/DMM/CML/26.*

Pedidos de atualização de dados (renovação de alvará)

895/CML - Tiago Daniel da Cunha Cardoso, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 16 - *Nos termos da Informação n.º 76/DGM/DMM/CML/26.*

983/CML - Adelino Florêncio Soeiro, Ltd.ª - Licença n.º 104. - *Nos termos da Informação n.º 83/DGM/DMM/CML/26.*

972/CML - Cardiga & Louro, Ltd.ª - Licença n.º 160. - *Nos termos da Informação n.º 77/DGM/DMM/CML/26.*

785/CML - Sousa & Carmo - Auto Táxis, Ltd.ª - Licença n.º 249. - *Nos termos da Informação n.º 98/DGM/DMM/CML/26.*

720/CML - Táxis Arnalfer, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 3024. - *Nos termos da Informação n.º 66/DGM/DMM/CML/26.*

840/CML - Auto Táxis Nuno, Ltd.ª - Licença n.º 3317. - *Nos termos da Informação n.º 74/DGM/DMM/CML/26.*

Pedidos de atualização de dados (alteração de sede)

17 458/CML/25 - Táxis Ravel, Ltd.ª - Licença n.º 590. - *Nos termos da Informação n.º 69/DGM/DMM/CML/26.*

911/CML - Táxis Ventura & Timóteo, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 3000 - *Nos termos da Informação n.º 80/DGM/DMM/CML/26.*

## Revogação de despachos

Por despacho da diretora de departamento, Eng.ª Ana Rita Sousa:

Arquivamento dos processos relativos aos pedidos de substituição de licença

18 758/CML/12 - Calisto & Calisto, Ltd.ª - Licença n.º 1199.

No *Boletim Municipal* n.º 994, datado de 2013/03/07, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 70/DGM/DMM/CML/26.

2390/CML/15 - Auto Táxis Sequeira & Margarida, Ltd.ª - Licença n.º 1175.

No *Boletim Municipal* n.º 1096, datado de 2015/02/19, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 85/DGM/DMM/CML/26.

11 295/CML/17 - Táxis Lucas & Antunes, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2839.

No *Boletim Municipal* n.º 1216, datado de 2017/16/08, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 72/DGM/DMM/CML/26.

22 369/CML/18 - Diagonal Believer, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3047.

No *Boletim Municipal* n.º 1294, datado de 2018/12/06, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 78/DGM/DMM/CML/26.

24 097/CML/18 - Táxis Chanzenses, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 1036.

No *Boletim Municipal* n.º 1306, datado de 2019/02/28, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 84/DGM/DMM/CML/26.

21 325/CML/19 - J21S, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 1278.

No *Boletim Municipal* n.º 1375, datado de 2020/06/25, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 79/DGM/DMM/CML/26.

13 519/CML/20 - Leal & Marruedo, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2755.

No *Boletim Municipal* n.º 1407, datado de 2021/02/04, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 73/DGM/DMM/CML/26.

11 918/CML/20 - João Midanjo, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 1528.

No *Boletim Municipal* n.º 1477, datado de 2021/04/15, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 95/DGM/DMM/CML/26.

1778/CML/21 - Auto Táxis Estrela do Meu Amor, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3492 - MR.

No *Boletim Municipal* n.º 1514, datado de 2023/02/23, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 96/DGM/DMM/CML/26.

2396/CML/22 - Táxis Tulipa D'Ouro, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2249.

No *Boletim Municipal* n.º 1518, datado de 2023/03/23, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 91/DGM/DMM/CML/26.

8293/CML/22 - Alexandre Domingos, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2824.

No *Boletim Municipal* n.º 1518, datado de 2023/03/23, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 92/DGM/DMM/CML/26.

5203/CML/23 - Táxis Pesqueirense, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3284.

No *Boletim Municipal* n.º 1543, datado de 2023/09/14, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 93/DGM/DMM/CML/26.

15 770/CML/22 - Caminhosàsolta, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2203.

No *Boletim Municipal* n.º 1561, datado de 2024/01/18, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 94/DGM/DMM/CML/26.

15 774/CML/22 - Caminhosàsolta, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2203.

No *Boletim Municipal* n.º 1561, datado de 2024/01/18, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 94/DGM/DMM/CML/26.

16 384/CML/23 - Táxis Três A's, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 75.

No *Boletim Municipal* n.º 1598, datado de 2024/03/10, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 81/DGM/DMM/CML/26.

4060/CML/24 - Coragem Peculiar, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 1264.

No *Boletim Municipal* n.º 1606, datado de 2024/12/19, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 86/DGM/DMM/CML/26.

## UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL

### DIVISÃO DE GESTÃO DO EDIFICADO PRIVADO

#### **Anúncio n.º 132/UCT\_Div/GESTURBE/DGEP/2026**

#### Declaração de imóveis devolutos/parcialmente devolutos

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Considerando as competências atribuídas aos Municípios pelo Decreto-Lei n.º 159/2006, de 08/08, a Câmara Municipal de Lisboa desenvolveu os procedimentos administrativos tendentes à identificação dos prédios ou frações autónomas devolutas e respetiva comunicação à Direção Geral de Contribuições e Impostos.

2 - No âmbito dos procedimentos referidos, foram notificados os sujeitos passivos do imposto municipal sobre imóveis, quer da intenção da Câmara na declaração de devoluto,

no âmbito da audiência dos interessados, realizada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, quer do ato administrativo de declaração de prédio ou fração devolutos.

3 - Pelo que, por despachos do diretor municipal Augusto Lopes, datados de 2025/12/30, foram declarados devolutos/parcialmente devolutos, os seguintes prédios:

Morada	Processo	Freguesia	Observações
Escadinhas do Bairro América 4-4A	462/RLU/2025	São Vicente	TOTAL
Estrada de Benfica 769	490/RLU/2025	Benfica	Fração H
Rua do Gravato 21	579/RLU/2025	Belém	C/v esq, Rc esq, , 1º Dtº
Rua Alda Nogueira (antigo Impasse à Avenida Ilha da Madeira) 9-9B	581/RLU/2025	Belém	Fração BD
Rua da Cruz a Caselas 14	591/RLU/2025	Belém	TOTAL
Rua da Ilha Terceira 9-9A	595/RLU/2025	Arroios	Fração A
Rua da Ilha Terceira 6-14	602/RLU/2025	Arroios	a casa 1, casa 2, casa 3, S/loja , loja 12 , 1º Esq e 1º Dtº1.
Estrada de Benfica 299	614/RLU/2025	São Domingos de Benfica	TOTAL
Rua do Vale Formoso de Cima 272	644/RLU/2025	Marvila	TOTAL
Rua João Frederico Ludovice 24B-24D	302/RLU/2025	Benfica	Fração A
Travessa dos Surradores 1-5	319/RLU/2025	Alcântara	Fração B
Rua dos Douradores 75-91	452/RLU/2025	Santa Maria Maior	TOTAL
Rua da Graça 154-158	516/RLU/2025	São Vicente	Frações A,B,C,D,E,F e G
Rua João Frederico Ludovice 28-28D	300/RLU/2025	Benfica	Fração B
Rua Amadeu de Sousa Cardoso 20	357/RLU/2025	Alcântara	Fração B
Largo das Olarias 65-66	413/RLU/2025	Santa Maria Maior	Fração A
Alto Varejão 3 ( Patio)	419/RLU/2025	Penha de França	R/c A, R/c B e R/c C2.
Calçada das Necessidades 68	485/RLU/2025	Estrela	Fração B
Rua da Paz à Ajuda 40	498/RLU/2025	Ajuda	Fração C
Rua Padre Reis Lima (antiga Rua 5 do Bairro de Caselas) 13	499/RLU/2025	Belém	TOTAL
Rua José da Silva Pais 13	507/RLU/2025	Campolide	TOTAL
Rua do Cruzeiro 174-176	541/RLU/2025	Ajuda	2º Andar
Rua Palmira 13	570/RLU/2025	Arroios	Fração A



4 - Os atos administrativos objeto da presente publicação, foram praticados ao abrigo da delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Câmara, concretizadas pelo Despacho n.º 9/P/2026, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1664, de 2026/01/08.

Lisboa, em 2026/01/22.

A chefe de divisão,

(a) *Sónia Castro*

### **Anúncio n.º 163/UCT\_Div/GESTURBE//DGEP/2026**

#### **Declaração de imóveis devolutos/parcialmente devolutos**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Considerando as competências atribuídas aos Municípios pelo Decreto-Lei n.º 159/2006, de 08/08, a Câmara Municipal de Lisboa desenvolveu os procedimentos administrativos tendentes à identificação dos prédios ou frações autónomas devolutas e respetiva comunicação à Direção Geral de Contribuições e Impostos.

2 - No âmbito dos procedimentos referidos, foram notificados os sujeitos passivos do imposto municipal sobre imóveis, quer da intenção da Câmara na declaração de devoluto, no âmbito da audiência dos interessados, realizada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, quer do ato administrativo de declaração de prédio ou fração devolutos.

3 - Pelo que, por despachos do diretor municipal Augusto Lopes, datados de 2025/12/30, foram declarados devolutos /parcialmente devolutos, os seguintes prédios:

Morada	Processo	Freguesia	Observações
Rua Filinto Elísio 25	358/RLU/2025	Alcântara	5.º Andar
Rua Sebastião Saraiva Lima 109-115	382/RLU/2025	Penha de França	Fração B
Avenida António Augusto de Aguiar 165	396/RLU/2025	Avenidas Novas	Fração B
Avenida António Augusto de Aguiar 118-120A	400/RLU/2025	Avenidas Novas	Fração F
Avenida António Augusto de Aguiar 42-42A	401/RLU/2025	Avenidas Novas	2.º e 3.º Esqdos
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro 94-94C	470/RLU/2025	São Domingos de Benfca	Fração J
Rua de São Pedro 7-9A	486/RLU/2025	Santa Maria Maior	1.º, 2.º e 3.º Andares
Travessa de Santa Marta 7	505/RLU/2025	Santo António	1.º - D2, 2.º - D2, Porta 2 e Porta 3.
Rua dos Fanqueiros 215-227	508/RLU/2025	Santa Maria Maior	Frações L, M, N, O
Rua do Cruzeiro 231	539/RLU/2025	Ajuda	R/c Esq
Rua João Frederico Ludovice 30-30C	299/RLU/2025	Benfica	Frações A e B
Estrada do Loureiro 11-15	335/RLU/2025	Estrela	Fração A ( RC 11 ) e Fração B ( 1.º )



Rua Sebastião Saraiva Lima 27-31	356/RLU/2025	Penha de França	Fração A
Rua Sebastião Saraiva Lima 58-62	364/RLU/2025	Penha de França	Fração F
Rua de São Sebastião da Pedreira 8-8C	378/RLU/2025	Avenidas Novas	Fração E
Travessa do Pinheiro 23- 23A	380/RLU/2025	Estrela	Fração I
Rua Sebastião Saraiva Lima 68-68A	381/RLU/2025	Penha de França	Fração C
Avenida António Augusto de Aguiar 13-13C	402/RLU/2025	Avenidas Novas	Fração Q
Largo dos Defensores da República 3-4	436/RLU/2025	Santa Clara	3, 3RC

4 - Os atos administrativos objeto da presente publicação foram praticados ao abrigo da delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Exa.<sup>a</sup> o Presidente da Câmara, concretizadas pelo Despacho n.º 9/P/2026, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1664, de 8 de janeiro de 2026.

Lisboa, em 2026/01/22.

A chefe de divisão,

(a) *Sónia Castro*

### **Anúncio n.º 224/UCT/DGEP/2026**

Intimação para obras de correção, conservação e reabilitação

Atribuição do nível de conservação

Torna-se público, que:

1 - Por despacho do diretor da Unidade de Intervenção Territorial Norte, Eng.º João Freire, datado de 2025/05/06, foi determinada a realização de vistoria ao imóvel, sito na Estrada de Benfica, 498/498-D, efetuada em 2025/06/05, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 408/AUT/UCT\_UTIN/GESTURBE/2025 e ficha de avaliação do estado de conservação, constantes no Processo n.º 238/RLU/2025:

I - Apurado o nível de conservação do edifício;

II - Constatado a necessidade de executar obras de:

- Correção de más condições de segurança e de salubridade, por forma a garantir as condições de segurança e salubridade dos edifícios;
- Conservação necessárias à melhoria do arranjo estético;
- Reabilitação, por forma a restituir as características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva do edifício, cujo nível de conservação apurado é de 1, 2 ou 3.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado:

a) Atribuir o nível de conservação indicado no Auto de vistoria e na respetiva ficha de avaliação, designadamente:

- Ficha n.º 10828, edifício/partes comuns: Nível «3» - Estado de conservação «Médio».

b) Intimar os proprietários do imóvel a executar as obras descritas no Auto de vistoria, designadamente:

i - Com caráter urgente, as obras de remoção (apeamento) dos elementos com risco de desprendimento ou queda para o logradouro, bem como à verificação e eventual apeamento dos elementos com risco de desprendimento ou queda para a via pública, por forma a garantir as condições mínimas de segurança até à execução das restantes obras de reparação do imóvel, com os seguintes prazos:

- Início: 30 dias úteis;
- Conclusão: 3 dias úteis.

ii - Execução dos restantes trabalhos de reparação de todo o imóvel, referidos nos pontos 1, 2 e 3 do Auto de vistoria, com os seguintes prazos:

- Início: 60 dias úteis;
- Conclusão: 6 meses.

3 - A decisão constante da presente publicitação, foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, datado de 2026/01/05, exarado na Informação n.º 21 246/INF/UCT\_DivGEP/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético;
- Nos artigos 6.º e 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fogo um nível de conservação 1, 2 ou 3, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e respetiva regulamentação;
- Na subdelegação de competências efetuada pelo Senhor Vereador Vasco Moreira Rato, concretizada pelo Despacho n.º 9/P/2026, de 2026/01/06, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1664, de 2026/01/08;
- Na audiência prévia, efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01.

4 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

5 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

6 - O incumprimento da determinação para realização das obras previstas no n.º 2 e n.º 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua atual redação, constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 daquele diploma legal e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

7 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, à Divisão de Gestão do Edificado Privado, sita no Campo Grande, 27, 5.º andar, Bloco C, Lisboa. Podendo, caso seja pretendido, ser comunicado o início das obras para o email [uct.dgep@cm-lisboa.pt](mailto:uct.dgep@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/28.

A chefe de divisão,  
(a) Sónia Castro

## UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO

### Anúncio n.º 69/UCT/UITC/2026

#### Intimação para obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/10/07, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Rua da Ilha Terceira, 28, efetuada em 2025/11/27, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 666/AUT/UCT/UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 544/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de correção e conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na fachada principal, uma pala de proteção ou um dispositivo semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de materiais proveniente da referida fachada, devendo aquele dispositivo permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de reparação dos elementos em risco de queda existente na mesma (descritos no Auto de vistoria).

As palas ou os dispositivos semelhantes devem ser, preferencialmente, fixados na fachada do edifício. Caso seja necessário o recurso a apoios das referidas palas ou dos dispositivos semelhantes no espaço público, com caráter permanente até à realização dos trabalhos preconizados na fachada, deverá ser requerida a ocupação da via pública para o efeito.

2 - Atendendo a que da vistoria realizada resultou a necessidade urgente de ser colocada a pala ou um dispositivo semelhante na fachada principal, foi determinado por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, intimar os proprietários para a sua execução com o prazo de 5 dias úteis para o seu início e com o prazo de 3 dias úteis para a sua conclusão, em face da qual foi preterida a formalidade de audiência prévia nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA, no que à colocação diz respeito.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2025/12/29, exarado na Informação n.º 21 173/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético.

4 - Ficam, notificados, os proprietários e demais titulares de direitos reais sobre o imóvel, de que é intenção da Câmara Municipal intimá-los, para a realização dos restantes trabalhos necessários à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o início dos trabalhos contados a partir da receção da presente notificação e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

5 - Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, poderão, no prazo de 10 dias úteis, contado da receção da presente notificação, dizer por escrito o que se lhe oferecer.

6 - Tendo em conta o estipulado no n.º 2 do artigo 122.º do referido diploma, poderá o processo ser consultado neste Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, nos dias normais de expediente, das 9h às 17h, durante o prazo indicado no número anterior, mediante marcação prévia através do telefone n.º 217 989 115 ou por email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

7 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros, e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

8 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML,

nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação e reabilitação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/16.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 71/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/10/02, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Alameda D. Afonso Henriques, 45/45-B, efetuada em 2025/10/06, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 618/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 533/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de correção e conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na fachada principal e a todo o seu comprimento, uma pala de proteção ou um dispositivo semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de betão de recobrimento proveniente das varandas, devendo dispositivo permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação, consolidação e de reparação da fachada principal do imóvel em questão.

As palas ou os dispositivos semelhantes devem ser, preferencialmente, fixados na fachada do edifício. Caso seja necessário o recurso a apoios das referidas palas ou dos dispositivos semelhantes no espaço público, com caráter permanente até à realização dos trabalhos preconizados na fachada, deverá ser requerida a ocupação da via pública para o efeito.

2 - Atendendo a que da vistoria realizada resultou a necessidade urgente de ser colocada a pala ou um dispositivo semelhante na fachada principal e a todo o seu comprimento, foi determinado por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, intimar os proprietários para a sua execução com o prazo de 3 dias úteis para o seu início e com o prazo de 2 dias úteis para a sua conclusão, em face da qual foi preterida a formalidade de audiência prévia nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA, no que à colocação diz respeito.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2025/12/30, exarado na Informação n.º 19 780/INF/UCT\_UTC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança.

4 - Ficam notificados, os proprietários e demais titulares de direitos reais sobre o imóvel, de que é intenção da Câmara Municipal intimá-los, para a realização dos restantes trabalhos necessários à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o início dos trabalhos contados a partir da receção da presente notificação e com o prazo de 90 dias úteis para a sua conclusão.

5 - Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01 poderão, no prazo de 10 dias úteis, contado da receção da presente notificação, dizer por escrito o que se lhe oferecer.

6 - Tendo em conta o estipulado no n.º 2 do artigo 122.º do referido diploma, poderá o processo ser consultado neste Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, nos dias normais de expediente, das 9 horas às 17 horas, durante o prazo indicado no número anterior, mediante marcação prévia através do telefone n.º 217 989 115 ou por email [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

7 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima

está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

8 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação e reabilitação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/16.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*



## Anúncio n.º 81/UCT/UITC/2026

### Intimação para obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/10/07, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Avenida Almirante Reis, 102/102-C, efetuada em 2025/11/20, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 656/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 546/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de correção e conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na fachada principal e a todo o seu comprimento, uma pala de proteção ou um dispositivo semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de revestimento e de recobrimento das varandas e dos frisos horizontais de marcação arquitetónica devendo aquele dispositivo permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de reparação da fachada principal do imóvel em questão.

As palas ou os dispositivos semelhantes devem ser, preferencialmente, fixados na fachada do edifício. Caso seja necessário o recurso a apoios das referidas palas ou dos dispositivos semelhantes no espaço público, com caráter permanente até à realização dos trabalhos preconizados na fachada, deverá ser requerida a ocupação da via pública para o efeito.

2 - Atendendo a que da vistoria realizada resultou a necessidade urgente de ser colocada a pala ou um dispositivo semelhante na fachada principal e a todo o seu comprimento, foi determinado por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, intimar os proprietários para a sua execução com o prazo de 3 dias úteis para o seu início e com o prazo de 2 dias úteis para a sua conclusão, em face da qual foi preterida a formalidade de audiência prévia nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA, no que à colocação diz respeito.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2025/12/30, exarado na Informação n.º 20 658/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança.

4 - Ficam notificados, os proprietários e demais titulares de direitos reais sobre o imóvel, de que é intenção da Câmara Municipal intimá-los, para a realização dos restantes trabalhos necessários à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o início dos trabalhos contados a partir da receção da presente notificação e com o prazo de 90 dias úteis para a sua conclusão.

5 - Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, poderão, no prazo de 10 dias úteis, contado da receção da presente notificação, dizer por escrito o que se lhe oferecer.

6 - Tendo em conta o estipulado no n.º 2 do artigo 122.º do referido diploma, poderá o processo ser consultado neste Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, nos dias normais de expediente, das 9 horas às 17 horas, durante o prazo indicado no número anterior, mediante marcação prévia através do telefone n.º 217 989 115 ou por email [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

7 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

8 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;



- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/17.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 99/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação**

Indeferimento do requerimento apresentado

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho datado de 2025/05/20, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Rua Conde de Sabugosa, 29/29-B, efetuada em 2025/05/22, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 310/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 284/RLU/2025, constatada a necessidade de executar obras de conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança:

- Deverá ser executada na fachada principal, uma pala de proteção ou um dispositivo de proteção semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de materiais proveniente da referida fachada, devendo a pala ou o dispositivo semelhante permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de reparação dos elementos em risco de queda existente na mesma (descritos no Auto de vistoria).

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar o proprietário a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - O requerimento apresentado pelo proprietário foi indeferido.

4 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Engenheiro Augusto Lopes, de 2025/12/29, exarado na Informação n.º 20 181/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético.

5 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros, e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

6 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação, determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto

no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em (<https://informacoese.servicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018>) e não existirem desconformidades urbanísticas;

- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

7 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/19

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

## **Anúncio n.º 106/UCT/UITC/2026**

### **Intimação para obras de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/06/16, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Rua Pascoal de Melo, 120/120-B, que torneja com a Rua da Ilha do Pico, 1/1-A, efetuada em 2025/07/03, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 388/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 340/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na parede de fachada confinante uma pala de proteção ou de dispositivo de proteção semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de materiais proveniente da parte inferior do bordo da laje do pavimento da varanda do quinto andar, situada na extremidade esquerda e na prumada do n.º 120-B da Rua Pascoal de Melo, devendo aquele dispositivo permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de reparação da referida parte inferior do bordo da laje do pavimento da varanda do quinto andar (descrita no Auto de vistoria).

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade,

bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Engenheiro Augusto Lopes, de 2025/12/29, exarado na Informação n.º 20 085/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros, e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao município, não forem concluídas as obras de correção e conservação, determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em (<https://informacoes.servicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018>) e não existirem desconformidades urbanísticas;

- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/19.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 108/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu Despacho, datado de 2025/08/12, foi determinada a realização de vistoria ao edifício, sito na Avenida dos Estados Unidos da América, 77, e efetuada no próprio dia, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 491/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 449/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na fachada poente e a todo o seu comprimento, uma pala de proteção ou de um dispositivo de proteção semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de materiais do forro de pedra do paramento, do revestimento de pastilhas vitreas tipo «Evinel» e eventualmente do betão de recobrimento das lajes, devendo aquele dispositivo permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de reparação da referida fachada.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade,

bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Engenheiro Augusto Lopes, de 2025/12/30, exarado na Informação n.º 20 584/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros, e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação, determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;



- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em (<https://informacoeseservicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018>) e não existirem desconformidades urbanísticas;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/19.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 128/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/07/10, foi determinada a realização de vistoria ao edifício, sito na Rua de São Bento, 604/608, efetuada em 2025/08/07, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 475/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 408/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na fachada principal e a todo o seu comprimento, uma pala de proteção ou um dispositivo semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de revestimento azulejar e de recobrimento proveniente da fachada principal, devendo aquele dispositivo permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de consolidação da referida fachada.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 90 dias úteis para o seu início e com o prazo de 180 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Engenheiro Augusto Lopes, de 2025/12/30, exarado na Informação n.º 20 577/INF/UCT/UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros, e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação, determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em (<https://informacoeseservicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/>)

imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018) e não existirem desconformidades urbanísticas;

- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, 2026/01/20.

O diretor de departamento,

(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 152/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação**

Indeferimento do requerimento apresentado

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho datado de 2025/06/09, foi determinada a realização de vistoria às frações do r/c e do 1.º andar do edifício, sito na Rua Rebelo da Silva, 32, efetuada em 2025/06/24, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 391/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 332/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das patologias descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - O requerimento apresentado pela proprietária foi indeferido.

4 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2025/12/30, exarado na Informação n.º 20 357/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança.

5 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

6 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação, determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em <https://informacoes.servicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018> e não existirem desconformidades urbanísticas;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.



7 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/21.

O diretor de departamento,

(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 162/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/05/26, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Avenida Almirante Reis, 162, efetuada em 2025/06/17, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 369/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 304/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na parede de fachada confinante com a Avenida Almirante Reis de uma pala de proteção ou de um dispositivo de proteção semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de revestimento e de betão de recobrimento da laje de pavimento da varanda do 3.º andar, devendo aquele dispositivo de proteção permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de reparação da referida laje.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2025/12/30, exarado na Informação n.º 20 679/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação, determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018> e não existirem desconformidades urbanísticas;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras

seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/22.

O diretor de departamento,

(a) *Frederico Rodrigues*

## **Anúncio n.º 172/UCT/UITC/2026**

### **Intimação para obras de conservação e reabilitação**

Homologação do(s) nível(eis) de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2024/05/13, foi determinada a realização de vistoria ao edifício, sito na Rua Veloso Salgado, 18, efetuada em 2024/06/25, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 388/AUT/UC/UITC/GESTURBE/2024, constante do Processo n.º 310/RLU/2024:

- Apurado os níveis de conservação do edifício e frações vistoriadas;
- Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das patologias descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado:

a) Atribuir os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria e nas respetivas fichas de avaliação:

- Edifício e outras partes comuns: Nível 3 - Médio
- N.º Ficha (10330);
- Fração n.º 18: Nível 2 - Mau - N.º Ficha (563101).

b) Intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2025/12/29, exarado na Informação n.º 18 604/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança;
- No artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, que comete às Câmaras competência para ordenar a execução de obras de reabilitação necessárias à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva dos edifícios ou frações, cujo nível apurado é de 1, 2 ou 3;
- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e respetiva regulamentação.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção, conservação e reabilitação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento

dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em (<https://informacoesservicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018>) e não existirem desconformidades urbanísticas;

- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/22.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 199/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2024/03/22, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Praça das Novas Nações, 2/2-A, efetuada em 2024/05/09, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 283/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2024, constante do Processo n.º 240/RLU/2024, constatado a necessidade de executar obras de correção e conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada uma pala de proteção ou um dispositivo semelhante, na fachada principal virada para a Praça das Novas Nações, e a todo o seu comprimento, estendendo-se até à prumada do primeiro vão da fachada virada para a Rua da Ilha do Príncipe (por forma a abranger a prumada das varandas em gaveto), de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de revestimento e de betão de recobrimento das varandas e das marquises, devendo aqueles dispositivos permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de consolidação das referidas varandas e marquises.

As palas ou os dispositivos semelhantes devem ser, preferencialmente, fixados na fachada do edifício. Caso seja necessário o recurso a apoios das referidas palas ou dos dispositivos semelhantes no espaço público, com caráter permanente até à realização dos trabalhos preconizados na fachada, deverá ser requerida a ocupação da via pública para o efeito.

2 - Na sequência da referida vistoria, foi determinado intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio, foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2025/12/30, exarado na Informação n.º 20 501/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação, determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;



- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em <https://informacoes.servicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018> e não existirem desconformidades urbanísticas;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/26.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 203/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação e reabilitação**

Homologação do(s) nível(eis) de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho datado de 2024/06/20, foi determinada a realização de vistoria ao edifício, sito na Rua da Escola Politécnica, 2/10, efetuada em 2024/07/25, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 465/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2024, constante do Processo n.º 359/RLU/2024:

- Apurado os níveis de conservação do edifício e frações vistoriadas;
- Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, as varandas de tardo, não deverão ser utilizadas enquanto não forem efetuados os trabalhos de reparação e consolidação das mesmas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado:

- a) Atribuir os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria e nas respetivas fichas de avaliação:
  - Edifício e outras partes comuns: Nível «3» - «Médio» - N.º Ficha (10377);
  - Fração 4.º andar: Nível «3» - «Médio» - N.º Ficha (565661);

- Fração 3.º andar: Nível «3» - «Médio» - N.º Ficha (565662);
- Fração 2.º andar: Nível «3» - «Médio» - N.º Ficha (565663);
- Fração 1.º andar: Nível «2» - «Mau» - N.º Ficha (565664);
- Fração r/c: Nível «3» - «Médio» - N.º Ficha (565665);
- Fração n.º 8 - Loja (r/c e cave): Nível «3» - «Médio» - N.º Ficha (565666);
- Fração n.º 4 - Loja (r/c e cave): Nível «3» - «Médio» - N.º Ficha (565667).

b) Intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 150 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Engenheiro Augusto Lopes, de 2025/12/29, exarado na Informação n.º 18 863/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético;
- No artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, que comete à(s) Câmara(s) competência para ordenar a execução de obras de reabilitação necessárias à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva dos edifícios ou frações, cujo nível apurado é de 1, 2 ou 3;
- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e respetiva regulamentação.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros, e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações



legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;

- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção, conservação e reabilitação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em (<https://informacoeseeservicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018>) e não existirem desconformidades urbanísticas;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Ficam, ainda, notificados de que se constatou a inexistência de condições mínimas de segurança para a permanência de pessoas nas varandas de tardo, enquanto não forem efetuados os trabalhos de reparação e consolidação das mesmas.

7 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto 5, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/26.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

## Anúncio n.º 209/UCT/UITC/2026

### Intimação para obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/05/08, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Rua Jorge Colaço, 19, efetuada em 2025/05/25, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 333/AUT/UCT/UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 248/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na fachada principal, uma pala de proteção ou de dispositivo semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de materiais proveniente da referida fachada, devendo a pala ou o dispositivo semelhante permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de reparação dos elementos em risco de queda existente na mesma (descritos no Auto de vistoria).

As palas ou os dispositivos semelhantes devem ser, preferencialmente, fixados na fachada do edifício. Caso seja necessário, o recurso a apoios das referidas palas ou dos dispositivos semelhantes no espaço público, com caráter permanente até à realização dos trabalhos preconizados na fachada, deverá ser requerida a ocupação da via pública para o efeito.

2 - Na sequência da referida vistoria, foi determinado intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2025/12/29, exarado na Informação n.º 20 488/INF/UCT/UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está

graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação, determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em <https://informacoes.servicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018> e não existirem desconformidades urbanísticas;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/27.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

## Anúncio n.º 213/UCT/UITC/2026

### Intimação para obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/10/07, foi determinada a realização de vistoria ao edifício, sito na Avenida Almirante Reis, 46/46-E, efetuada em 2026/01/22, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 34/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2026, constante do Processo n.º 549/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de correção e conservação para correção das patologias descritas.

E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada em toda a extensão da fachada principal, uma pala de proteção ou um dispositivo semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso de queda de revestimento azulejar e de revestimento pétreo proveniente da fachada principal, devendo aquele dispositivo de proteção permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de consolidação da referida fachada.

As palas ou os dispositivos semelhantes devem ser, preferencialmente, fixados na fachada do edifício. Caso seja necessário o recurso a apoios das referidas palas ou dos dispositivos semelhantes no espaço público, com caráter permanente até à realização dos trabalhos preconizados na fachada, deverá ser requerida a ocupação da via pública para o efeito.

Apresentando o edifício revestimento azulejar ao nível da fachada principal, antes de iniciar os trabalhos para reparação das deficiências descritas, deverá solicitar o apoio aos Serviços da DSPC/DPC/DMC (Divisão de Salvaguarda do Património Cultural, do Departamento de Património Cultural da Direção Municipal de Cultura), para efetuar o acompanhamento da obra.

Caso a obra a realizar na zona do revestimento azulejar ultrapasse a mera conservação, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, alínea i) do RJUE na sua atual redação, está sujeita a um procedimento de controlo prévio.

2 - De acordo com a planta de condicionantes, o prédio insere-se na Zona de Proteção dos Imóveis pelo Bairro das Colónias (atual Bairro das Novas Nações).

Tratando-se de mera conservação, a mesma não está sujeita a controlo prévio.

Contudo, caso a obra extravase a mera conservação no que se refere à conservação/consolidação a efetuar no edifício, já deverá ser instruído o procedimento de Controlo Prévio segundo a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

3 - Atendendo a que da vistoria realizada resultou a necessidade urgente de ser colocada a pala ou um dispositivo semelhante em toda a extensão da fachada principal, foi determinado por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, intimar os proprie-

tários para a sua execução com o prazo de 3 dias úteis para o seu início e com o prazo de 2 dias úteis para a sua conclusão, em face da qual foi preterida a formalidade de audiência prévia nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA, no que à colocação diz respeito.

4 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2026/01/26, exarado na Informação n.º 1185/INF/UCT\_UTIC/GESTURBE/2026, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança.

5 - Ficam, notificados, os proprietários e demais titulares de direitos reais sobre o imóvel, de que é intenção da Câmara Municipal intimá-los, para a realização dos restantes trabalhos necessários à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 90 dias úteis para o início dos trabalhos contados a partir da receção da presente notificação e com o prazo de 180 dias úteis para a sua conclusão.

6 - Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, poderão, no prazo de 10 dias úteis, contado da receção da presente notificação, dizer por escrito o que se lhe oferecer.

7 - Tendo em conta o estipulado no n.º 2 do artigo 122.º do referido diploma, poderá o processo ser consultado neste departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, nos dias normais de expediente, das 9h às 17h, durante o prazo indicado no número anterior, mediante marcação prévia através do telefone n.º 217 989 115 ou por email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

8 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1, e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;

- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

9 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

10 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/27.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 215/UCT/UITC/2026**

#### **Intimação para obras de conservação**

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/11/14, foi determinada a realização de vistoria à fachada principal do edifício, sito na Rua Luciano Cordeiro, 88/88-A, efetuada em 2026/01/08, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 22/AUT/UCT\_UTIC/GESTURBE/2026, constante do Processo n.º 547/RLU/2025, constatado a necessidade de executar obras de correção e conservação para correção das patologias descritas.



E, ainda, por questões de segurança, deverá ser executada na fachada principal, uma pala de proteção ou um dispositivo semelhante, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de materiais proveniente da referida fachada, devendo aquele dispositivo permanecer até à conclusão dos trabalhos de conservação e de reparação dos elementos em risco de queda existentes na mesma.

As palas ou os dispositivos semelhantes devem ser, preferencialmente, fixados na fachada do edifício. Caso seja necessário o recurso a apoios das referidas palas ou dos dispositivos semelhantes no espaço público, com caráter permanente até à realização dos trabalhos preconizados na fachada, deverá ser requerida a ocupação da via pública para o efeito.

Apresentando o edifício revestimento azulejar ao nível da fachada principal, antes de iniciar os trabalhos para reparação das deficiências descritas, deverá solicitar o apoio aos Serviços da DSPC/DPC/DMC (Divisão de Salvaguarda do Património Cultural do Departamento de Património Cultural da Direção Municipal de Cultura), para efetuar o acompanhamento da obra.

Caso a obra a realizar na zona do revestimento azulejar ultrapasse a mera conservação, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, alínea i) do RJUE, na sua atual redação, está sujeita a um procedimento de controlo prévio.

2 - Atendendo a que da vistoria realizada resultou a necessidade urgente de ser colocada a pala ou um dispositivo semelhante na fachada principal, foi determinado por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, intimar os proprietários para a sua execução com o prazo de 3 dias úteis para o seu início e com o prazo de 5 dias úteis para a sua conclusão, em face da qual foi preterida a formalidade de audiência prévia nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA, no que à colocação diz respeito.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 26/01/2026, exarado na Informação n.º 1087/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2026, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança.

4 - Ficam, notificados, os proprietários e demais titulares de direitos reais sobre o imóvel, de que é intenção da Câmara Municipal intimá-los, para a realização dos restantes trabalhos necessários à correção das deficiências

descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o início dos trabalhos contados a partir da receção da presente notificação e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

5 - Nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, poderão, no prazo de 10 dias úteis, contado da receção da presente notificação, dizer por escrito o que se lhe oferecer.

6 - Tendo em conta o estipulado no n.º 2 do artigo 122.º do referido diploma, poderá o processo ser consultado neste Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, nos dias normais de expediente, das 9h às 17h, durante o prazo indicado no número anterior, mediante marcação prévia através do telefone n.º 217 989 115 ou por *email*: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

7 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

8 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção e conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;



- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este Departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/27.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

### **Anúncio n.º 219/UCT/UITC/2026**

Intimação para obras de conservação e reabilitação

Homologação do(s) nível(eis) de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2025/01/02, foi determinada a realização de vistoria ao 3.º andar, 4.º andar e às partes comuns do edifício, sito na Rua Francisco Sanches, 134/136, efetuada em 2025/01/23, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 303/AUT/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 4/RLU/2025:

- Apurado os níveis de conservação do edifício e frações vistoriadas;
- Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das patologias descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado:

a) Atribuir os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria e nas respetivas fichas de avaliação:

- Edifício e outras partes comuns: Nível «4» - Bom - N.º Ficha (10647);
- Fração 4.º andar: Nível «3» - Médio - N.º Ficha (584841);
- Fração 3.º andar: Nível «2» - Mau - N.º Ficha (584842).

b) Intimar os proprietários a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, bem como executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Eng.º Augusto Lopes, de 2026/01/05, exarado na Informação n.º 20 047/INF/UCT\_UITC/GESTURBE/2025, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança;
- No artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, que comete às Câmaras competência para ordenar a execução de obras de reabilitação necessárias à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva dos edifícios ou frações, cujo nível apurado é de 1, 2 ou 3;
- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e respetiva regulamentação.

4 - Informa-se, que o não cumprimento da decisão supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias;
- c) Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informa-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção, conservação e reabilitação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8

do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Deliberação n.º 601/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 18/12, que fixa as majorações e minorações de IMI para o ano de 2026;

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, cuja instrução depende de procedimento autónomo e preenchimento dos requisitos legalmente previstos, que poderão consultar em (<https://informacoes.servicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/imi-isencao-para-obras-de-reabilitacao-iniciadas-apos-1-de-janeiro-de-2018>) e não existirem desconformidades urbanísticas;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, a este departamento, sito no Campo Grande, 25, 5.º-B, podendo fazê-lo através do email: [uct.uitc@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitc@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/28.

O diretor de departamento,  
(a) *Frederico Rodrigues*

## UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO HISTÓRICO

### Anúncio n.º 222/UCT/UITCH/2026

Intimação à execução de obras de correção das más condições de segurança e salubridade

Inexistência de condições de habitabilidade

Torna-se público, tendo sido notificados os proprietários e arrendatários/utilizadores do prédio, sito no Largo das Olarias, 11 a 11-B, de que:

1 - Por meu despacho, datado de 2026/01/15, foi determinada a realização de vistoria ao edifício, sito na morada referenciada, na mesma data, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 26/AUT/UCT\_UITCH\_BXCH/GESTURBE/2026, constante do Processo n.º 14/RLU/RLU:

- Constatada a necessidade de executar obras de correção das más condições de segurança e salubridade para eliminação das patologias descritas;

- Constatada a inexistência de condições de habitabilidade de todo o prédio, até que sejam executadas as medidas cautelares preconizadas e reposto o abastecimento de energia elétrica.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários do imóvel a executar as obras de correção das más condições de segurança e de salubridade, descritas no Auto de vistoria com os seguintes prazos:

- Medidas cautelares descritas no ponto 4 do Auto de vistoria:

- Início: 5 dias úteis;
- Conclusão: 30 dias úteis.

- Demais obras de correção de más condições de segurança e de salubridade descritas no ponto 5 do Auto de vistoria:

- Início: 30 dias úteis;
- Conclusão: 90 dias úteis.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho da Vereadora Joana Almeida, de 2026/01/26, exarado na Informação n.º 836/INF/UCT\_UITCH/GESTURBE/2026, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizadas pelo Despacho n.º 229/P/2022, de 2022/12/22, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1505, de 2022/12/22.

4 - Atendendo à urgência na atuação, com vista à salvaguarda de valores e interesses de ordem pública, como a salubridade e a segurança das pessoas:

- Não houve lugar à audiência prévia dos interessados, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01;
- Foi preterida a notificação prévia de vistoria e todos os procedimentos previstos no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, de acordo com o n.º 8 do mesmo artigo.

5 - Foram, ainda, notificados de que:

- O não cumprimento da intimação, objeto da decisão final supra referenciada:

- a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo

de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros, e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

- b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

6 - Informou-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção, conservação, reabilitação e/ou demolição determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ou 200 % ao abrigo do disposto no n.º 8 ou n.º 3 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 601/AML/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 2025/12/18;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

7 - Foram, ainda, notificados os proprietários e arrendatários/utilizadores de que se constatou a inexistência de condições de habitabilidade de todo o prédio, até que seja reposto o abastecimento de energia elétrica e sejam executadas medidas cautelares preconizadas:

- Remoção dos escombros, das restantes partes de estrutura que se encontrem em aluimento, bem como de todos os materiais acumulados no interior das frações correspondentes ao 4.º andar direito e 4.º andar esquerdo, a fim de aliviar o carregamento sobre os pavimentos;
- Retirada da água que se encontra acumulada sobre os pavimentos nas várias frações, de forma a minimizar o impacto de infiltração na estrutura de madeira do edifício;
- Execução duma cobertura provisória, de forma a proteger o edifício das infiltrações de águas pluviais.

8 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicita-se que o início e conclusão de quaisquer obras

seja comunicado, por escrito, à Unidade de Intervenção Territorial Centro Histórico, sita na Rua do Comércio, 8, 3.º andar, 1100-150 Lisboa. Caso pretenda, poderá comunicar o início das obras para o email [uct.uitch@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitch@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/28.

O diretor de departamento,  
(a) *Fernando Rosa*

### **Anúncio n.º 235/UCT/UITCH/2026**

Intimação à execução de obras de correção, conservação e reabilitação

Atribuição dos níveis de conservação

Torna-se público, tendo sido notificados os proprietários do prédio, sito na Rua Saraiva de Carvalho, 98, de que:

1 - Por despacho do então diretor de departamento da UIT Centro Histórico, datado de 2025/05/27, foi determinada a realização de vistoria ao edifício, sito na morada referenciada, efetuada em 2025/09/25, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 549/AUT/UCT\_UITCH/GESTURBE/2025, constante do Processo n.º 328/RLU/2025:

- Apurado os níveis de conservação do edifício e frações/fogos/espacos funcionalmente distintos vistoriados;
- Constatada a necessidade de executar obras de correção, conservação e reabilitação para eliminação das patologias descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado:

- a) Atribuir os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria e nas respetivas fichas de avaliação:

- Rua Saraiva de Carvalho, 98: Estado de conservação «Médio» - Nível de conservação «3» - N.º Ficha 10956;
- 98, 1.º, loja 101: Estado de conservação «Médio» - Nível de conservação «3» - N.º Ficha: 10956/591581;
- 98, 2.º, loja 101: Estado de conservação «Médio» - Nível de conservação «3» - N.º Ficha: 10956/591601;
- 98, r/c, loja 101: Estado de conservação «Médio» - Nível de conservação «3» - N.º Ficha: 10956/591641.

- b) Intimar os proprietários do imóvel a executar as obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 2 meses para o seu início e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão;
- c) Intimar os proprietários do imóvel a executar as obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético, descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 2 meses para o seu início e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão;
- d) Intimar os proprietários do imóvel para executar as obras de reabilitação, por forma a restituir as características de desempenho e segurança funcional, estrutural



e construtiva do edifício, cujo nível de conservação apurado é de 3, com o prazo de 2 meses para o seu início e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do diretor municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Augusto Lopes, datado de 2026/01/26, exarado na Informação n.º 731/INF/UCT\_UITCH/GESTURBE/2026, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de correção das más condições de segurança ou de salubridade e das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético;
- No artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, que comete às Câmaras competência para ordenar a execução de obras de reabilitação necessárias à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva dos edifícios ou frações, cujo nível apurado é de 1, 2 ou 3;
- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e respetiva regulamentação;
- Na subdelegação de competências efetuada pelo Vereador Vasco Moreira Rato, nos termos do Despacho n.º 9/P/2026, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1664, de 2026/01/08;
- Na audiência prévia, efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01.

4 - Foram, ainda, notificados de que:

- O não cumprimento da intimação, objeto da decisão final supra referenciada:

a) Constitui contraordenação punível com coima, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

b) Constitui crime de desobediência, previsto pelos artigos 100.º, n.º 1 e 102.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as devidas alterações legais e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel e executá-las coercivamente.

5 - Informou-se, ainda, que:

- A decisão final de intimação proferida no âmbito do presente procedimento é, após a sua eficácia, passível de registo predial promovido oficiosamente pela CML, nos termos do n.º 5 do artigo 89.º do RJUE. Este registo será, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, cancelado através da exibição de certidão emitida pela CML que ateste o cumprimento da decisão intimação;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de correção, conservação, reabilitação e/ou demolição determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 601/AML/2025, publicada no 5.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1661, de 2025/12/18;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) elo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

6 - Por forma a evitar a majoração da taxa Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicitou-se que o início e conclusão de quaisquer obras seja comunicado, por escrito, à Unidade de Intervenção Territorial Centro Histórico, sita na Rua do Comércio, 8, 3.º andar, 1100-150 Lisboa. Caso pretenda, poderá comunicar o início das obras para o [e-mail uct.uitch@cm-lisboa.pt](mailto:uct.uitch@cm-lisboa.pt).

Lisboa, em 2026/01/29.

O diretor de departamento,  
(a) *Fernando Rosa*

OS INTERESSADOS  
PODERÃO CONSULTAR  
OS RESPECTIVOS  
PROCESSOS



## ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

### EDITAIS

MUNICÍPIO DE LISBOA

#### Edital n.º 50/2026

Eleição do Presidente da República - 18 de janeiro de 2026

#### Designação dos Membros da Mesa - 2.ª Volta - 8 de fevereiro de 2026

Freguesia de Campo de Ourique

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que foram designados para desempenhar funções de Membros da Mesa da Assembleia de Voto da Freguesia de Campo de Ourique, os seguintes cidadãos:

#### Secção de Voto n.º 1

Presidente: João Pedro Teixeira Lagoas  
Vice-presidente: Guilherme José Andrade Pereira  
Secretário: Rodrigo Mateus Ferreira Guimarães Duarte  
1.º Escrutinador: José Pedro Cabral y Rich Gonçalves  
2.º Escrutinador: Carolina Gomes Costa da Mata Gonçalves

#### Secção de Voto n.º 2

Presidente: Maria Elisa Pires da Silva Pinto Ferreira  
Vice-presidente: João Pedro Costa Gomes  
Secretário: Daniela Alexandra Nunes Ferreira  
1.º Escrutinador: Beatriz de Jesus Morais Miguel  
2.º Escrutinador: Jorge Francisco Fernandes Baptista

#### Secção de Voto n.º 3

Presidente: Pedro Duarte de Almeida Figueiredo Moreira Penilo  
Vice-presidente: Maria da Luz Campaniço Matias  
Secretário: Maria Cristina de Abreu Lobo Ferreira  
1.º Escrutinador: Ana Margarida Gonçalves Vicente  
2.º Escrutinador: Cristina da Natividade Gonçalves Morais Teixeira

#### Secção de Voto n.º 4

Presidente: Maria do Rosário de Anunciação Delicado Gomes de Abreu  
Vice-presidente: Sara Raquel Antunes Carvalho

Secretário: Pramod Lacmane Maugi  
1.º Escrutinador: Filipa Morgado Westwood  
2.º Escrutinador: Ana Sofia Rodrigues Calado

#### Secção de Voto n.º 5

Presidente: Margarida Maria Coelho e Silva  
Vice-presidente: Maria Isabel de Almeida Ribeiro  
Secretário: Luzia da Aurora da Câmara Ruas  
1.º Escrutinador: Paula Bela Gouveia de Almeida  
2.º Escrutinador: Clara de Oliveira Nunes da Silva

#### Secção de Voto n.º 6

Presidente: Joana da Silva Martins Gil  
Vice-presidente: Rosalina Maria Alves de Castro  
Secretário: Pedro Miguel Guedes Braz Ferreira  
1.º Escrutinador: Carlos Manuel Miranda Cardão Antunes Gomes  
2.º Escrutinador: Eva Maria Trindade Pacheco Vieira

#### Secção de Voto n.º 7

Presidente: Tânia Margarette Parreira Morgado  
Vice-presidente: Patrícia Gonçalves dos Santos Galveia da Anta  
Secretário: Gonçalo Nuno Cerqueira de Sá Nogueira  
1.º Escrutinador: Michelle da Teresa Martins  
2.º Escrutinador: Rui Duarte Santo de Carvalho

#### Secção de Voto n.º 8

Presidente: Maria Joana de Figueiredo Magalhães de Almeida Reis  
Vice-presidente: José Carlos de Vasconcelos Correia  
Secretário: Tânia Filipa Raposo Camacho  
1.º Escrutinador: Joaquim Raimundo Nunes Marques  
2.º Escrutinador: Carolina Maria Ramalho Neto Teixeira de Miranda

#### Secção de Voto n.º 9

Presidente: Sara Maria Murta Ribeiro  
Vice-presidente: Maria Helena Martins Nunes  
Secretário: João Carlos Gonçalves Godinho  
1.º Escrutinador: Luciana Filipa Valente Alegria  
2.º Escrutinador: Mariana Brito Serra

#### Secção de Voto n.º 10

Presidente: Andrea Paulo Lopes Aguiar E Sousa  
Vice-presidente: Maria Manuela Neto Lopes  
Secretário: Maria Guedes Sales Henriques Miranda  
1.º Escrutinador: Vítor José de Matos Vaz Garrido  
2.º Escrutinador: Susana Isabel Pina Morais

### Secção de Voto n.º 11

Presidente: Ana Bárbara Emauz De Melo Portugal de Sampaio  
Vice-presidente: Paula Maria Barradas Campos  
Secretário: Alexandra Cláudia Infante dos Santos Reis  
1.º Escrutinador: José Luís De Lemos de Sousa Albuquerque  
2.º Escrutinador: Mateus José Thöbe da Costa Salema

### Secção de Voto n.º 12

Presidente: Joana Netto Miranda Duarte  
Vice-presidente: João Pedro Marques Pires  
Secretário: Sérgio Miguel Barros Querido  
1.º Escrutinador: José Henrique Vieira Fernandes de Aguiar  
2.º Escrutinador: Célia Patrícia Pinto Barreiros

### Secção de Voto n.º 13

Presidente: Maria Margarida Alves Neto Abreu Matos  
Vice-presidente: Elisa Maria Dias  
Secretário: André Miguel Martins Costa Correia Monteiro  
1.º Escrutinador: Constança Andrea Murteira Aguiar e Sousa  
2.º Escrutinador: Joana de Eça Leal Soares Vieira da Costa Pereira

### Secção de Voto n.º 14

Presidente: Ana Lima Nobre Gusmão  
Vice-presidente: Madalena Aires da Silva  
Secretário: Gilberto dos Santos Raimundo  
1.º Escrutinador: Joaquim Manuel Filipe Correia Taveiro  
2.º Escrutinador: Lourenço Maria de Paiva Soares Gonçalves Pinto

### Secção de Voto n.º 15

Presidente: Helena Maria de Jesus Cardoso Domingues  
Vice-presidente: Alexandra Maria Marques Vilar  
Secretário: Beatriz Gomes Costa da Mata Gonçalves  
1.º Escrutinador: Manuel Maria de Paiva Soares Gonçalves Pinto  
2.º Escrutinador: Maria Elisa Borges Fernandes

### Secção de Voto n.º 16

Presidente: Maria de Fátima Valente Barata  
Vice-presidente: Maria João de Campos Amaral  
Secretário: Yasmine Celice Horita  
1.º Escrutinador: Catarina Cardoso Lourenço  
2.º Escrutinador: Mariana Alberto Alves

### Secção de Voto n.º 17

Presidente: Patrícia Cristina Dias de Almeida Dávila  
Vice-presidente: Maria Luísa Ramos Correia  
Secretário: Francisco Rocha Fernandes Hasse Ferreira  
1.º Escrutinador: Isabel Cristina de Mesquita Simões do Canto de Loura  
2.º Escrutinador: João Benamor Duarte Moura Amaral

### Secção de Voto n.º 18

Presidente: Maria Joana Leiria Pinto de Sousa Lobo  
Vice-presidente: Filipa Maria Teixeira Bastos Vaz e Gala  
Secretário: Carlos Manuel Oliveira Marques  
1.º Escrutinador: Mariana Cardoso Domingues  
2.º Escrutinador: Cláudia Alexandra Reis Freitas da Silva Cardoso

### Secção de Voto n.º 19

Presidente: Filomena Maria Gomes Costa da Mata Gonçalves  
Vice-presidente: Ana Rita da Silva Oliveira Mateus  
Secretário: Susana Maria Oliveira Dias  
1.º Escrutinador: Ana Paula Mateus Ferreira  
2.º Escrutinador: Filipa Macára Nogueira Neto

### Secção de Voto n.º 20

Presidente: Marta Benamor Lopes Coutinho Duarte Amaral  
Vice-presidente: Dulce Helena Alves Tavares Sacripanti  
Secretário: Guilherme Ramos de Sousa  
1.º Escrutinador: Ana Carina Guapo da Cunha Alegre  
2.º Escrutinador: Sofia da Silva Pereira Taveira de Sousa

### Secção de Voto n.º 21

Presidente: Tiago Miguel Fevereiro Marques Laborinho Rodrigues  
Vice-presidente: Ricardo Vicente Aleixo Alves  
Secretário: Giada Alves Sacripanti  
1.º Escrutinador: Mariana de Araújo de Torres Fevereiro Laborinho  
2.º Escrutinador: José António da Silva Almeida

Mais torna público que, desta decisão, pode qualquer eleitor recorrer, no prazo de 3 dias, para o Presidente da Câmara, com fundamento em preterição dos requisitos fixados na lei.

Lisboa, em 2026/01/31.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 51/2026

Eleição do Presidente da República

**Designação dos Membros da Mesa - 2.ª Volta - 8 de fevereiro de 2026**

Freguesia do Lumiar

Gonçalo Reis, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio,

que foram designados para desempenhar funções de Membros da Mesa da Assembleia de Voto da Freguesia do Lumiar, os seguintes cidadãos:

#### Secção de Voto n.º 1

Presidente: Albertina Rita Gama da Costa  
Vice-presidente: Maria Salomé Silva Almeida  
Secretário: Luísa Renata Dias de Magalhães  
1.º Escrutinador: Maria Madalena Sousa Costa de Vasconcelos e Sousa  
2.º Escrutinador: Guilherme Duarte Singer Nunes do Valle

#### Secção de Voto n.º 2

Presidente: Ana Júlia Pinto Fonseca Sieuve Afonso  
Vice-presidente: Fernanda Cremilde Rodrigues Ramos Gião Santos  
Secretário: Orlanda Cristina Gaspar Cortes Guerreiro  
1.º Escrutinador: Matilde Alexandra Pinto Vieira  
2.º Escrutinador: Hélder Gomes Moreno

#### Secção de Voto n.º 3

Presidente: Helena Maria da Cruz e Silva  
Vice-presidente: Bruno Matias Marques  
Secretário: João José Valente Porto  
1.º Escrutinador: Madalena Tavares Leitão Seixas da Fonseca  
2.º Escrutinador: Carla Alexandra Proença Lopes da Silva

#### Secção de Voto n.º 4

Presidente: Polina Oleksandrivna Popovych  
Vice-presidente: João Nuno Alves Martins  
Secretário: Margarida Botelho de Noronha de Agorreta de Alpuim  
1.º Escrutinador: Carolina Cardoso dos Anjos Santos  
2.º Escrutinador: Júlia Pereira Cambão

#### Secção de Voto n.º 5

Presidente: Bárbara Cristina Morgadinho Varela Antunes Galinha  
Vice-presidente: Ana Maria de Almeida Lameirão  
Secretário: Maria Madalena de Miranda Carvalho  
1.º Escrutinador: Martin Silva Mendonça dos Santos Quintais  
2.º Escrutinador: Bruno Rafael Salgueiro Campos

#### Secção de Voto n.º 6

Presidente: Henrique António de Silveres Rodrigues  
Vice-presidente: Nuno Miguel dos Santos Gonçalves  
Secretário: Silvana Filgueiras Rodrigues de Castro Reis  
1.º Escrutinador: Maria Cerqueira Amálio de Faria do Carmo  
2.º Escrutinador: Teresa Isabel Pereira Soares

#### Secção de Voto n.º 7

Presidente: Mariana Acácia Frieza Sanches da Costa Fernandes  
Vice-presidente: Mário Jorge da Costa Teixeira

Secretário: Liliana Raquel dos Santos Coelho Marta  
1.º Escrutinador: Ana Catarina Vitorino Urgueira  
2.º Escrutinador: Pedro Queiroga Caixeiro Tomé Aleixo

#### Secção de Voto n.º 8

Presidente: Artur Paulo de Almeida Botão  
Vice-presidente: Marco António Santo Rosa  
Secretário: Paulo Fernando Pinheiro Bandeira  
1.º Escrutinador: Iris Esteves Cardoso  
2.º Escrutinador: David Fernando Vieira Bandeira

#### Secção de Voto n.º 9

Presidente: Sara Isabel da Silva Cavaco  
Vice-presidente: Miguel Nuno Pais de Oliveira  
Secretário: Luís Miguel Afonso da Palma Dias Gonçalves  
1.º Escrutinador: Marta Jesus Cameira Croca  
2.º Escrutinador: Iara Alexandra Borralho Monteiro

#### Secção de Voto n.º 10

Presidente: Mariana Isabel Gonçalves Pereira Martins Portas de Freitas  
Vice-presidente: Beatriz Alexandra Lima Gaiato  
Secretário: Nádia Luzia Santos Nogueira  
1.º Escrutinador: Isabel Maria Barbosa Cambão  
2.º Escrutinador: Madalena Sá Nogueira Salgueiro Cavaleiro

#### Secção de Voto n.º 11

Presidente: Pedro Manuel Aires de Sousa  
Vice-presidente: Marta Medeiros da Silva Torres  
Secretário: Mário Alexandre Lanzudo Piteira  
1.º Escrutinador: Beatriz Nunes Manuel  
2.º Escrutinador: Ana Maria Carvalho Simões Soares da Costa

#### Secção de Voto n.º 12

Presidente: Ana Maria da Silva Martins Nunes  
Vice-presidente: José António Veloso Fernandes  
Secretário: Maria Herminia Ferreira Pinto  
1.º Escrutinador: Mariana dos Santos de Abreu  
2.º Escrutinador: Leonor Sofia Castelão Santos

#### Secção de Voto n.º 13

Presidente: Nuno Miguel Aço Neves  
Vice-presidente: Cristina Maria Morgadinho Varela  
Secretário: Dulce de Melo Bragança  
1.º Escrutinador: Mónica Patrícia Hungria dos Santos Nascimento Correia  
2.º Escrutinador: Sara Linda de Almeida Pinheiro

#### Secção de Voto n.º 14

Presidente: André Daniel Silva Trindade  
Vice-presidente: Miguel Correia Leal  
Secretário: André Demmich Barbosa Agostinho  
1.º Escrutinador: Ana Maria Antunes dos Santos  
2.º Escrutinador: José Lúcio Amaral de Almeida

#### Secção de Voto n.º 15

Presidente: Pedro Jorge Tomé Aleixo  
Vice-presidente: Lizeta Alexandra Lopes Estrela  
Secretário: Pedro Daniel Diniz Leitão  
1.º Escrutinador: Nilde da Conceição Dinis Pinto  
2.º Escrutinador: Paula Maria Barbosa Medeiros Pinto  
Teixeira Ribeiro

#### Secção de Voto n.º 16

Presidente: Joaquim Monteiro de Cerqueira  
Vice-presidente: Leonor Sofia Lima Gaiato  
Secretário: António João Elias Lomba  
1.º Escrutinador: Beatriz Schön Reis Silva Oliveira  
2.º Escrutinador: Matilde dos Santos de Abreu

#### Secção de Voto n.º 17

Presidente: João Pedro Lino Catarino  
Vice-presidente: Maria Francisca do Rosário Apetato Correia  
de Seabra Benevides  
Secretário: Emanuel Jorge Marques Santos  
1.º Escrutinador: Carlos Daniel dos Santos Cleho Marta  
2.º Escrutinador: Sara Pereira Cambão

#### Secção de Voto n.º 18

Presidente: Fernando Rui Gama Gomes Pinto  
Vice-presidente: Sérgio Schön Gomes da Silva Oliveira  
Secretário: Paula Isabel Martins Barreiras Fernandes  
1.º Escrutinador: Pedro Medina Monteiro Sousa Teixeira  
2.º Escrutinador: Edite Alexandra Fernandes Vaz

#### Secção de Voto n.º 19

Presidente: Ana Filipa Nunes Leitão Alegre  
Vice-presidente: António José Dias da Silva  
Secretário: Pedro Manuel Magalhães de Andrade  
1.º Escrutinador: Joaquim Manuel da Silva Fernandes  
2.º Escrutinador: Ana Catarina Sardinha do Cabo Nóbrega  
Gomes

#### Secção de Voto n.º 20

Presidente: João Paulo Gomes Pinto Campelos  
Vice-presidente: Isabel Adriana Dinis Cabrita Fernandes  
Secretário: Daniel Carmo Silva Cavalheiro  
1.º Escrutinador: Marta Alexandra Fernandes Pires  
2.º Escrutinador: Joana Rita Afonso Lindeza

#### Secção de Voto n.º 21

Presidente: Helena Garcia Gaspar Farinhote Fernandes  
Vice-presidente: Isabel Maria César Coutinho  
Secretário: Tiago José Silva Gonçalves  
1.º Escrutinador: Tiago Gaspar de Vasconcelos  
2.º Escrutinador: Guilherme Schön Reis Silva Oliveira

#### Secção de Voto n.º 22

Presidente: Ana Catarina Duarte Lima  
Vice-presidente: Bruna de Oliveira Ferreira Duarte  
Secretário: Tomás Martins Fernandes Pimenta de Abreu  
1.º Escrutinador: Luzia Maria da Silva Dias  
2.º Escrutinador: Pedro Miguel Silva dos Santos Canha Viegas

#### Secção de Voto n.º 23

Presidente: Teresa Maria dos Reis Roque  
Vice-presidente: Carlota Queiroga Caixeiro Tomé Aleixo  
Secretário: Gustavo Simões dos Santos  
1.º Escrutinador: Maria Madalena Salgueiro Guedes Saldanha  
2.º Escrutinador: Cláudia Susana Machado Simões Ourique

#### Secção de Voto n.º 24

Presidente: Rui Miguel Crua das Neves Magriço  
Vice-presidente: Inês Ferreira da Costa Teixeira Veludo  
Secretário: Ana Rita Dourado de Jesus José  
1.º Escrutinador: Tânia Cristina Martins dos Santos  
2.º Escrutinador: Marta Ares Roque

#### Secção de Voto n.º 25

Presidente: Eduardo Miguel Álvares Pereira Lima Gonçalves  
Vice-presidente: João Francisco Magalhães Ferreira  
Secretário: Maria Carminda Faria de Oliveira Rodrigues  
1.º Escrutinador: Ilda Lisete de Almeida Fernandes  
2.º Escrutinador: Maria Francisca Martins dos Santos  
Proença de Carvalho

#### Secção de Voto n.º 26

Presidente: António José Andrade da Silva Vale  
Vice-presidente: Maria Margarida Águas da Silva Almodôvar  
Secretário: Aldomiro Tadeu Brasil Ascenso da Silveira  
1.º Escrutinador: Paulo Alexandre Farinha Mota  
2.º Escrutinador: Ana Sofia Diogo Ferreira

#### Secção de Voto n.º 27

Presidente: João Paulo Cardoso dos Santos  
Vice-presidente: Maria de Lurdes Semedo de Oliveira  
Secretário: Armando Jorge Palminha Marcos Francês  
1.º Escrutinador: João Costa Amaro  
2.º Escrutinador: Ivo Ricardo Pereira Lopes



### Secção de Voto n.º 28

Presidente: Maria dos Anjos Pacheco Goulão Reis Germano  
Vice-presidente: Tiago José Silva Gonçalves  
Secretário: Pedro José Bouçoinha Nascimento Correia  
1.º Escrutinador: Madalena Espiga Sinas de Oliveira Malta  
2.º Escrutinador: Ana Lúcia Ferreira

### Secção de Voto n.º 29

Presidente: Sofia Nunes de Carvalho Pais de Oliveira  
Vice-presidente: Marta Filipa Gonçalves de Oliveira Branco  
Secretário: Maria Fernanda Gomes da Silva  
1.º Escrutinador: Manuel Barroso Almeida de Sousa Teles  
2.º Escrutinador: Silvia Alexandra da Silva Esteves

### Secção de Voto n.º 30

Presidente: Xavier da Cruz Tavares Pereira Rosa  
Vice-presidente: Miguel António Ramos Mendanha  
Secretário: Ana Beatriz Mateus Vieira  
1.º Escrutinador: Elisabete Simões Bonifácio Vaz  
2.º Escrutinador: Dânia Ferreira Barbosa Fernandes

### Secção de Voto n.º 31

Presidente: Alberto Jesus Almeida Vieira  
Vice-presidente: João Rafael Brás Lopes  
Secretário: Nuno Filipe Rodrigues Ducla Soares  
1.º Escrutinador: Ricardo José Rabaçal Moreira Luzia  
2.º Escrutinador: Beatriz Alexandra Rainha Tomaz

### Secção de Voto n.º 32

Presidente: Diogo Viane Gomes e Domingos  
Vice-presidente: Rui Alexandre Oliveira das Neves  
Secretário: Iara Nadine Maia Moreno  
1.º Escrutinador: João Bernardo de Almeida  
2.º Escrutinador: Joana Albuquerque de Gouveia Pais Rodrigues França

### Secção de Voto n.º 33

Presidente: Maria Augusta Guerreiro  
Vice-presidente: Liliana Filipa Camara Galinha  
Secretário: Margarida da Silva Baptista  
1.º Escrutinador: Rúben Simão Reis Valente  
2.º Escrutinador: Ernesto Fernando Cabreirinha Pereira

### Secção de Voto n.º 34

Presidente: Nuno Jorge Moreira Varela  
Vice-presidente: Eneida Castelo Branco Duarte Godinho  
Secretário: Ana Maria Pereira Lopes  
1.º Escrutinador: Maria Sofia Almeida Eusébio Martins Rego  
2.º Escrutinador: Matilde da Silva Lopes Ribeiro

### Secção de Voto n.º 35

Presidente: Rui Miguel Gião Santos  
Vice-presidente: David Eurico Ribeiro Martins Rego  
Secretário: Luísa Matos Pita Mendes  
1.º Escrutinador: Inês Lages Coelho  
2.º Escrutinador: Cristiana Gomes Coque

### Secção de Voto n.º 36

Presidente: António Luís Louro Janeiro Charraz  
Vice-presidente: Inês Margarida Marques Gonçalves  
Secretário: Tiago Branco Soares  
1.º Escrutinador: Diogo Rafael da Cunha Domingues  
2.º Escrutinador: Diogo Almeida Eusébio Martins Rego

### Secção de Voto n.º 37

Presidente: Rodrigo dos Santos Salgueiro  
Vice-presidente: Anabela Roda Garcia de Moura  
Secretário: Maria Inês Rodrigues Gião Santos  
1.º Escrutinador: José Luís dos Ramos Soares  
2.º Escrutinador: Leonor de Jesus Gomes

### Secção de Voto n.º 38

Presidente: Delfim Alexandre Pombo Loureiro Pinto  
Vice-presidente: Diana Santos Rocha  
Secretário: Miguel Santiago Teixeira Sapage  
1.º Escrutinador: Carolina Gil Falcão  
2.º Escrutinador: Claudina dos Prazeres Lopes Baltazar Ribeiro

### Secção de Voto n.º 39

Presidente: Ana Rosa Casanova Gonçalves Mariano  
Vice-presidente: Ana Sofia Tomás dos Santos  
Secretário: Luís Filipe Fonseca Jorge  
1.º Escrutinador: Ana Teresa Viegas Pereira Antunes  
2.º Escrutinador: Elisabete Gomes Figueiredo

### Secção de Voto n.º 40

Presidente: António Manuel da Silva Garcias  
Vice-presidente: Lídia Ferreira Brás  
Secretário: Joana Marta Ferreira Esteves Cabral  
1.º Escrutinador: Cláudia Patrícia Ramos dos Santos  
2.º Escrutinador: Susana Isabel Nogueira Correia Afonso Duarte

### Secção de Voto n.º 41

Presidente: Miguel Nuno Santos Nogueira Lopes Galvão  
Vice-presidente: Mário Victor Silva Nascimento  
Secretário: Anunciação Maria Pires Ramos  
1.º Escrutinador: Cláudia Marisa dos Santos Paiva  
2.º Escrutinador: Martim Ribeiro Bento

Secção de Voto n.º 42

Presidente: Liana Gomes da Costa  
Vice-presidente: Rui Manuel Fernandes Veiga  
Secretário: Inês das Neves Metelo  
1.º Escrutinador: Filipa Moreira Arruda Fonseca Jorge  
2.º Escrutinador: Maria Frederica Apetato de Seabra  
Gonçalves Benevides

Secção de Voto n.º 43

Presidente: Maria Leonor Carvalho Morgado  
Vice-presidente: Susana Marta Pires Gomes  
Secretário: Joana Neves Andrade Silvano  
1.º Escrutinador: Sofia Quinas Guterres  
2.º Escrutinador: Bruno Filipe Barrocas Samina Pedrosa

Secção de Voto n.º 44

Presidente: Catarina Simões Pinto de Miranda  
Vice-presidente: Paulo Nuno Loureiro Pinto  
Secretário: Francisco Manuel Vaz Baptista  
1.º Escrutinador: Miguel Alves Dias Tribuna  
2.º Escrutinador: Inês de Lencastre Vilhena

Secção de Voto n.º 45

Presidente: Rodrigo Pereira Antunes  
Vice-presidente: António Manuel Coutinho Oliveira  
Secretário: Maykom Brandão de Melo  
1.º Escrutinador: João José Santos Bastos  
2.º Escrutinador: Francisco Leal Nascimento

Secção de Voto n.º 46

Presidente: Maria Amélia Soares Cacho de Carvalho  
Vice-presidente: Fernando Vaz Antunes Elias  
Secretário: António Jorge Coelho Selas  
1.º Escrutinador: Rafael Lampreia dos Santos Fataça  
2.º Escrutinador: David Baltazar Ribeiro

Secção de Voto n.º 47

Presidente: Joana Gonçalves da Cunha Belém  
Vice-presidente: Ana Paula Sousa Amaro  
Secretário: Pedro Miguel Maia Simões  
1.º Escrutinador: Beatriz Dinis da Gama Marques da Cruz  
2.º Escrutinador: Matilde Pereira Antunes

Secção de Voto n.º 48

Presidente: Milene Caiado da Silva  
Vice-presidente: Carlos Manuel Vareta Capelão  
Secretário: Carla Alexandra Barros Brites  
1.º Escrutinador: André Alexandre Alves Lopes Peres  
de Sousa  
2.º Escrutinador: Rita Alexandra Leitão Luis

Secção de Voto n.º 49

Presidente: Claudia Susana Bastos Duarte  
Vice-presidente: Maria Margarida Marques Nunes Miguel  
Secretário: Maria Clara Lopes Agapito  
1.º Escrutinador: João Paulo Albuquerque Andrade Silvano  
2.º Escrutinador: Tiago Alexandre da Silva Ferreira Campelo

Secção de Voto n.º 50

Presidente: Diogo Palpista Bárbara  
Vice-presidente: Ricardo Amaro  
Secretário: Afonso Gonçalves Cerqueira da Silva  
1.º Escrutinador: Margarida Tique Correia  
2.º Escrutinador: Francisca Lourenço Tapada

Secção de Voto n.º 51

Presidente: Marta Nunes Seródio  
Vice-presidente: Maria Teresa Águas da Silva Almodôvar  
Secretário: Inês Carmelo Rosa dos Santos Rodrigues  
1.º Escrutinador: Joana Rosa Ferreira Martins  
2.º Escrutinador: Manuel Filipe Antunes da Cunha Bastos  
Fidanza

Secção de Voto n.º 52

Presidente: Margarida Bouhon Falcão Borges Rosado  
Vice-presidente: Maria João Cartaxo Simões de Carvalho  
Secretário: Inês Sofia de Lemos Lorena de Oliveira  
1.º Escrutinador: José Alberto Costa Santos Fernandes  
2.º Escrutinador: Clara Labisa Morais

Mais torna público que, desta decisão, pode qualquer eleitor recorrer, no prazo de 3 dias, para o Presidente da Câmara, com fundamento em preterição dos requisitos fixados na lei.

Lisboa, em 2026/02/02.

O Vice-presidente (com competência delegada nos termos do Despacho n.º 263/P/2025, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1657, de 20 de novembro),

(a) *Gonçalo Reis*

NOTICIÁRIO

LISBOA SRU.


**Delegação de competências do Conselho de Administração nos  
membros do Conselho de Administração da Lisboa SRU**

Na sequência da eleição, por deliberação Câmara Municipal de Lisboa de 21 de janeiro de 2026, do novo Conselho de Administração da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A, adiante designada "Lisboa SRU", ao abrigo do disposto no do n.º 2 artigo 13º e do n.º 2 do artigo 17º dos Estatutos da Lisboa Ocidental – SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA, doravante designada "Lisboa SRU" e nos termos do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, o Conselho de Administração da Lisboa SRU, reunido em sessão extraordinária de 26 de janeiro de 2026, deliberou aprovar a delegação de competências nos seus membros, nos termos que seguem:

**Artigo 1.º**

São delegadas no **Presidente do Conselho de Administração, Gonçalo Nuno Soeiro e Sá dos Santos Costa**, as seguintes competências:

- a) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja Parte, nomeadamente para cumprimento das disposições contratuais e/ou de obrigações legais, subscrevendo quaisquer requerimentos, certidões e documentos, pedidos de licenciamento e informações prévias perante entidades licenciadoras, Tribunal de Contas, Autoridade Tributária e Aduaneira, Direção-Geral das Autarquias Locais e quaisquer outras entidades, públicas ou privadas;
- b) Representar a Lisboa SRU na outorga de contratos cuja despesa e/ou celebração haja sido previamente autorizada por deliberação do Conselho de Administração;
- c) Praticar todos os atos de gestão de recursos humanos, designadamente a aprovação de férias, a justificação de faltas, a autorização de deslocações em serviço, a aprovação de despesas efetuadas em representação da Empresa e a autorização de realização de despesas com deslocações;
- d) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação ou à aquisição de bens e de serviços e à execução de empreitadas, que tenham por objeto atos ou procedimentos cuja responsabilidade ou



valor não exceda, por contrato, 50.000,00€ (cinquenta mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou não adjudicação, a aprovação da minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;

e) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea anterior:

- I. Decidir sobre retificações das peças de procedimentos;
- II. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
- III. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos;
- IV. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
- V. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
- VI. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
- VII. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
- VIII. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
- IX. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;





- X. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- f) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º, sem limite de valor, e do artigo 6.º-A do Código dos Contratos Públicos dentro do limiar previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 474.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Efetuar pagamentos de despesas aprovadas e contabilizadas da Empresa, conjuntamente com o Coordenador do Núcleo Administrativo e Financeiro ou com quem o substitua;
- h) Autorizar o pagamento de despesas através do Fundo de Caixa;
- i) Autorizar pagamentos a título indemnizatório até ao limite de 50.000,00€ (cinquenta mil euros);
- j) Autorizar pagamentos por débito direto em conta bancária, correspondentes a prestações efetuadas no âmbito da execução de contratos celebrados pela Lisboa SRU, bem como autorizar a criação, a modificação e o cancelamento desses débitos diretos na banca eletrónica;
- k) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução;
- l) Aprovar a retificação de lapsos materiais de contratos cujas minutas tenham sido aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, aprovando as minutas de aditamento e respetiva outorga, desde que assegurada a inexistência de repercussões financeiras.

### Artigo 2.º

São delegadas na **Vogal Executiva do Conselho de Administração, Ana Isabel Lucas Prior Santos Costa Campos**, as seguintes competências:

- a) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja Parte, nomeadamente para cumprimento das disposições contratuais e/ou de



obrigações legais, subscrevendo quaisquer requerimentos, certidões e documentos, pedidos de licenciamento e informações prévias perante entidades licenciadoras, Tribunal de Contas, Autoridade Tributária e Aduaneira, Direção-Geral das Autarquias Locais e quaisquer outras entidades, públicas ou privadas;

- b) Representar a Lisboa SRU na outorga de contratos cuja despesa e/ou celebração haja sido previamente autorizada por deliberação do Conselho de Administração;
- c) Praticar todos os atos de gestão de recursos humanos, designadamente a aprovação de férias, a justificação de faltas, a autorização de deslocações em serviço, a aprovação de despesas efetuadas em representação da Empresa e a autorização de realização de despesas com deslocações;
- d) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação ou à aquisição de bens e de serviços e à execução de empreitadas, que tenham por objeto atos ou procedimentos cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 50.000,00€ (cinquenta mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou não adjudicação, a aprovação da minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- e) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea anterior:
  - I. Decidir sobre retificações das peças de procedimentos;
  - II. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - III. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos;
  - IV. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - V. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;

LISBOA SRU.

- VI. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
- VII. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
- VIII. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
- IX. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
- X. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- f) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º, sem limite de valor, e do artigo 6.º-A do Código dos Contratos Públicos dentro do limiar previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 474.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Efetuar pagamentos de despesas aprovadas e contabilizadas da Empresa, conjuntamente com o Coordenador do Núcleo Administrativo e Financeiro ou com quem o substitua;
- h) Autorizar o pagamento de despesas através do Fundo de Caixa;
- i) Autorizar pagamentos a título indemnizatório até ao limite de 50.000,00€ (cinquenta mil euros);
- j) Autorizar pagamentos por débito direto em conta bancária, correspondentes a prestações efetuadas no âmbito da execução de contratos celebrados pela Lisboa SRU, bem como autorizar a criação, a modificação e o cancelamento desses débitos diretos na banca eletrónica;

- k) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução;
- l) Aprovar a retificação de lapsos materiais de contratos cujas minutas tenham sido aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, aprovando as minutas de aditamento e respetiva outorga, desde que assegurada a inexistência de repercussões financeiras.

### Artigo 3.º

1. A presente deliberação entra em vigor no dia da sua aprovação.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos membros do Conselho de Administração no âmbito das competências delegadas, a partir da sua aprovação e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 26 de janeiro de 2026



Gonçalo Costa, Eng.º  
Presidente



Ana Costa, Eng.ª  
Vogal



Paulo Diogo, Arq.º  
Vogal não Executivo





## Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa SRU

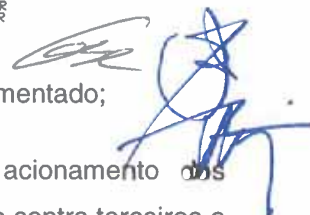
Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 17.º dos respetivos Estatutos e nos termos do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, o Conselho de Administração da Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A., designada abreviadamente por Lisboa SRU, reunido em sessão extraordinária de 26 de janeiro de 2026, deliberou aprovar a delegação de competências nos Dirigentes nos termos que seguem:

### Artigo 1.º

São delegadas na **Diretora da Direção Obra 1, Teresa Margarida Valdez Saraiva Lancinha Domingues Pereira**, as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de Administração;
- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a taxas devidas em cumprimento de obrigação legal;

- d) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas, independentemente do respetivo impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas;
- e) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- f) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de Planeamento e Gestão de Informação;
- g) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
- Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de



- aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
- ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- h) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
  - i) Decidir oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, após competente vistoria à obra e/ou depois de verificado o cumprimento do contrato, o deferimento ou indeferimento da liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito dos contratos da respetiva Direção;
  - j) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
  - k) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
  - l) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
  - m) Apreciar e decidir fundamentadamente reservas a autos apresentadas nos termos do disposto no artigo 345.º do Código dos Contratos Públicos;
  - n) Aprovar e assinar autos de suspensão e de levantamento de suspensão de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração;

- o) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- p) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- q) Deferir requerimentos de modificações ao Plano de Trabalhos que não alterem o prazo final e, caso aplicável, os prazos parciais vinculativos do contrato de empreitada e não acarretem, direta ou indiretamente, para a Lisboa SRU, quaisquer custos, aprovar as minutas e outorgar os respetivos aditamentos aos contratos;
- r) Deferir ou indeferir, fundamentadamente, pedidos de prorrogação de prazos parciais ou global de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração, aprovar as minutas e outorgar os respetivos Aditamentos aos contratos;
- s) Deferir ou indeferir fundamentadamente pedidos de reequilíbrios financeiros de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração, aprovar a minuta de notificação ao Empreiteiro;
- t) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- u) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- v) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- w) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- x) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas;



- y) Subscrever autos para formalização de entrega dos imóveis construídos ou intervencionados ao Município de Lisboa, após a conclusão das respetivas obras;
- z) Subscrever os autos para formalização de entrega de infraestruturas das obras às concessionárias;
- aa) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- bb) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de trabalhos complementares;
- cc) Aprovar as contas finais de empreitadas executadas no âmbito da respetiva Direção;
- dd) Aprovar os relatórios finais de obras executadas no âmbito da respetiva Direção;
- ee) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- ff) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias, declarações de execução de obra, declarações de autorização de terceiros e declarações sobre a conformidade técnica e legal dos elementos da solução das obras, estas últimas em conjunto com o Diretor/Diretora de Projeto responsável;
- gg) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

## Artigo 2.º

São delegadas na **Diretora da Direção Obra 2, Ana Maria Martins Esteves Frizado**, as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não

adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de Administração;

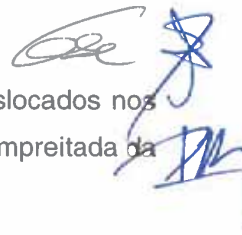
- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a taxas devidas em cumprimento de obrigação legal;
- d) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas, independentemente do respetivo impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas;
- e) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- f) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de Planeamento e Gestão de Informação;
- g) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de



- encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
- iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- h) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
  - i) Decidir oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, após competente vistoria à obra e/ou depois de verificado o cumprimento do contrato, o deferimento ou indeferimento da liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito dos contratos da respetiva Direção;
  - j) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;

- k) Subscriver autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- l) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- m) Apreciar e decidir fundamentadamente reservas a autos apresentadas nos termos do disposto no artigo 345.º do Código dos Contratos Públicos;
- n) Aprovar e assinar autos de suspensão e de levantamento de suspensão de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração;
- o) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- p) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- q) Deferir requerimentos de modificações ao Plano de Trabalhos que não alterem o prazo final e, caso aplicável, os prazos parciais vinculativos do contrato de empreitada e não acarretem, direta ou indiretamente, para a Lisboa SRU, quaisquer custos, aprovar as minutas e outorgar os respetivos aditamentos aos contratos;
- r) Deferir ou indeferir, fundamentadamente, pedidos de prorrogação de prazos parciais ou global de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração, aprovar as minutas e outorgar os respetivos Aditamentos aos contratos;
- s) Deferir ou indeferir fundamentadamente pedidos de reequilíbrios financeiros de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração, aprovar a minuta de notificação ao Empreiteiro;
- t) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;





- u) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- v) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- w) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- x) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas;
- y) Subscrever autos para formalização de entrega dos imóveis construídos ou intervencionados ao Município de Lisboa, após a conclusão das respetivas obras;
- z) Subscrever os autos para formalização de entrega de infraestruturas das obras às concessionárias;
- aa) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- bb) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de trabalhos complementares;
- cc) Aprovar as contas finais de empreitadas executadas no âmbito da respetiva Direção;
- dd) Aprovar os relatórios finais de obras executadas no âmbito da respetiva Direção;
- ee) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- ff) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias, declarações de execução de obra, declarações de autorização de terceiros e declarações sobre a conformidade técnica e legal dos elementos da solução das obras, estas últimas em conjunto com o Diretor/Diretora de Projeto responsável;

- gg) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

**Artigo 3.º**

São delegadas no **Diretor da Direção Obra 3, Pedro Martins dos Santos**, as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de Administração;
- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a taxas devidas em cumprimento de obrigação legal;
- d) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas, independentemente do respetivo impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas;
- e) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos

celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;

- f) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de Planeamento e Gestão de Informação;
- g) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o

cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.

- h) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- i) Decidir oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, após competente vistoria à obra e/ou depois de verificado o cumprimento do contrato, o deferimento ou indeferimento da liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito dos contratos da respetiva Direção;
- j) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- k) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- l) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- m) Apreciar e decidir fundamentadamente reservas a autos apresentadas nos termos do disposto no artigo 345.º do Código dos Contratos Públicos;
- n) Aprovar e assinar autos de suspensão e de levantamento de suspensão de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração;
- o) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- p) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- q) Deferir requerimentos de modificações ao Plano de Trabalhos que não alterem o prazo



final e, caso aplicável, os prazos parciais vinculativos do contrato de empreitada e não acarretem, direta ou indiretamente, para a Lisboa SRU, quaisquer custos, aprovar as minutas e outorgar os respetivos aditamentos aos contratos;

- r) Deferir ou indeferir, fundamentadamente, pedidos de prorrogação de prazos parciais ou global de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração, aprovar as minutas e outorgar os respetivos Aditamentos aos contratos;
- s) Deferir ou indeferir fundamentadamente pedidos de reequilíbrios financeiros de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração, aprovar a minuta de notificação ao Empreiteiro;
- t) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- u) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- v) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- w) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- x) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas;
- y) Subscrever autos para formalização de entrega dos imóveis construídos ou intervencionados ao Município de Lisboa, após a conclusão das respetivas obras;
- z) Subscrever os autos para formalização de entrega de infraestruturas das obras às concessionárias;
- aa) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de

informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;

- bb) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de trabalhos complementares;
- cc) Aprovar as contas finais de empreitadas executadas no âmbito da respetiva Direção;
- dd) Aprovar os relatórios finais de obras executadas no âmbito da respetiva Direção;
- ee) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- ff) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias, declarações de execução de obra, declarações de autorização de terceiros e declarações sobre a conformidade técnica e legal dos elementos da solução das obras, estas últimas em conjunto com o Diretor/Diretora de Projeto responsável;
- gg) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### Artigo 4º

São delegadas na **Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público, Isabel Maria Trindade Neto**, as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de

Administração;

- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a taxas devidas em cumprimento de obrigação legal;
- d) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas, independentemente do respetivo impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas;
- e) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- f) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de Planeamento e Gestão de Informação;
- g) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
- Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;

- vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- h) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
  - i) Decidir oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, após competente vistoria à obra e/ou depois de verificado o cumprimento do contrato, o deferimento ou indeferimento da liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito dos contratos da respetiva Direção;
  - j) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
  - k) Subscriver autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
  - l) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos



trabalhos e todas as deficiências detetadas;

- m) Apreciar e decidir fundamentadamente reservas a autos apresentadas nos termos do disposto no artigo 345.º do Código dos Contratos Públicos;
- n) Aprovar e assinar autos de suspensão e de levantamento de suspensão de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração;
- o) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- p) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- q) Deferir requerimentos de modificações ao Plano de Trabalhos que não alterem o prazo final e, caso aplicável, os prazos parciais vinculativos do contrato de empreitada e não acarretem, direta ou indiretamente, para a Lisboa SRU, quaisquer custos, aprovar as minutas e outorgar os respetivos aditamentos aos contratos;
- r) Deferir ou indeferir, fundamentadamente, pedidos de prorrogação de prazos parciais ou global de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração, aprovar as minutas e outorgar os respetivos Aditamentos aos contratos;
- s) Deferir ou indeferir fundamentadamente pedidos de reequilíbrios financeiros de contratos de empreitada, dando conhecimento, no Sistema de Gestão Documental, ao Conselho de Administração, aprovar a minuta de notificação ao Empreiteiro;
- t) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- u) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- v) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os

cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;

- w) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- x) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas;
- y) Subscrever autos para formalização de entrega dos imóveis construídos ou intervencionados ao Município de Lisboa, após a conclusão das respetivas obras;
- z) Subscrever os autos para formalização de entrega de infraestruturas das obras às concessionárias;
- aa) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- bb) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de trabalhos complementares;
- cc) Aprovar as contas finais de empreitadas executadas no âmbito da respetiva Direção;
- dd) Aprovar os relatórios finais de obras executadas no âmbito da respetiva Direção;
- ee) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- ff) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias, declarações de execução de obra, declarações de autorização de terceiros e declarações sobre a conformidade técnica e legal dos elementos da solução das obras;
- gg) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de serviços complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas até

ao limite, por ordem de execução, de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros);

- hh) Proceder, no âmbito de contratos de aquisição de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- ii) Proceder, no âmbito de contratos de aquisição de serviços, ao indeferimento, devidamente fundamentado, de pedidos de prorrogação de prazo, bem como propor ao Conselho de Administração a aprovação das prorrogações de prazo que sejam requeridas;
- jj) Aprovar alterações de equipas projetistas, aprovar as minutas e outorgar os respetivos Aditamentos aos contratos de aquisição de serviços de elaboração e de revisão de projeto;
- kk) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### Artigo 5.º

São delegadas na **Diretora da Direção Apoio Técnico e Pós Obra, Sofia Marques Santos Mourão Rosa Tropa** as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de Administração;

- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de serviços complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas até ao limite, por ordem de execução, de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros);
- d) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
- i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e



a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;

- x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- e) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos de receção ou de não receção definitiva, parcial ou total, assinalando todas as deficiências detetadas;
- g) Decidir oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, após competente vistoria à obra e/ou depois de verificado o cumprimento do contrato, o deferimento ou indeferimento da liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito de contratos de empreitada;
- h) Apreciar e decidir fundamentadamente reservas a autos apresentadas nos termos do disposto no artigo 345.º do Código dos Contratos Públicos;
- i) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- j) Subscrever os autos para formalização de entrega de infraestruturas das obras às concessionárias;
- k) Representar a Lisboa Ocidental SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- l) Proceder ao indeferimento, devidamente fundamentado, de pedidos de prorrogação de prazo, bem como propor ao Conselho de Administração a aprovação das prorrogações de prazo que sejam requeridas;
- m) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- n) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos

celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de serviços complementares;

- o) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- p) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias;
- q) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### Artigo 6.º

São delegadas na **Diretora da Direção Projeto 1, Susana Isabel da Silva de Azevedo Coutinho Rato**, as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis e a aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de Administração;
- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a taxas devidas em cumprimento de obrigação legal;
- d) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido

enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de serviços complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas até ao limite, por ordem de execução, de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros);

e) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:

- i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
- ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
- iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
- iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
- v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
- vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
- vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
- viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
- ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa Ocidental SRU na execução dos contratos;
- x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.

- f) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- g) Proceder, no âmbito de contratos de aquisição de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- h) Representar a Lisboa Ocidental SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- i) Proceder ao indeferimento, devidamente fundamentado, de pedidos de prorrogação de prazo, bem como propor ao Conselho de Administração a aprovação das prorrogações de prazo que sejam requeridas;
- j) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- k) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de serviços complementares aprovadas por si ou pelo Conselho de Administração;
- l) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- m) Aprovar alterações de equipas projetistas, aprovar as minutas e outorgar os respetivos Aditamentos aos contratos de aquisição de serviços de elaboração e de revisão de projeto;
- n) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias e declarações sobre a conformidade técnica e legal dos elementos da solução para obra, estas últimas em conjunto com o Diretor/Diretora de Obra responsável;
- o) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.



Artigo 7.º

São delegadas no **Diretor da Direção Projeto 2, José Manuel Nunes Laranjeira**, as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis e a aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de Administração;
- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a taxas devidas em cumprimento de obrigação legal;
- d) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de serviços complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas até ao limite, por ordem de execução, de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros);
- e) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de

- encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
- iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa Ocidental SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- f) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- g) Proceder, no âmbito de contratos de aquisição de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- h) Representar a Lisboa Ocidental SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;

- i) Proceder ao indeferimento, devidamente fundamentado, de pedidos de prorrogação de prazo, bem como propor ao Conselho de Administração a aprovação das prorrogações de prazo que sejam requeridas;
- j) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- k) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de serviços complementares aprovadas por si ou pelo Conselho de Administração;
- l) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- m) Aprovar alterações de equipas projetistas, aprovar as minutas e outorgar os respetivos Aditamentos aos contratos de aquisição de serviços de elaboração e de revisão de projeto;
- n) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias e declarações sobre a conformidade técnica e legal dos elementos da solução para obra, estas últimas em conjunto com o Diretor/Diretora de Obra responsável;
- o) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### Artigo 8.º

São delegadas no **Diretor da Direção de Projeto 3, Marco António Couto Rodrigues**, as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

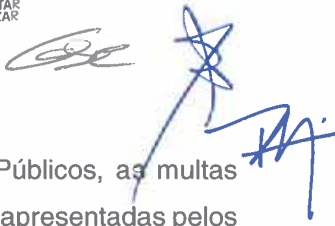
- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis e a aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de

--

competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de Administração;

- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a taxas devidas em cumprimento de obrigação legal;
- d) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de serviços complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas até ao limite, por ordem de execução, de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros);
- e) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;



- 
- vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa Ocidental SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- f) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
  - g) Proceder, no âmbito de contratos de aquisição de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
  - h) Representar a Lisboa Ocidental SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
  - i) Proceder ao indeferimento, devidamente fundamentado, de pedidos de prorrogação de prazo, bem como propor ao Conselho de Administração a aprovação das prorrogações de prazo que sejam requeridas;
  - j) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
  - k) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de serviços complementares aprovadas por si ou pelo Conselho de Administração;

- l) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- m) Aprovar alterações de equipas projetistas, aprovar as minutas e outorgar os respetivos Aditamentos aos contratos de aquisição de serviços de elaboração e de revisão de projeto;
- n) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias e declarações sobre a conformidade técnica e legal dos elementos da solução para obra, estas últimas em conjunto com o Diretor/Diretora de Obra responsável;
- o) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### Artigo 9.º

São delegadas na **Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, Vera Corte Real Alves Pereira Pais**, as seguintes competências no âmbito das atribuições da respetiva Direção:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação de bens móveis ou imóveis e à aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- b) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de serviços complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas até ao limite, por ordem de execução, de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros);
- c) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na

sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:

- i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- e) Proceder ao indeferimento, devidamente fundamentado, de pedidos de prorrogação de prazo, bem como propor ao Conselho de Administração a aprovação das prorrogações de prazo que sejam requeridas;

--

- f) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- g) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de serviços complementares aprovadas pelo Conselho de Administração;
- h) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- i) Subscrever declarações, requerimentos, esclarecimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias;
- j) Receber, verificar e aprovar os entregáveis BIM, nas fases de projeto previstas nas peças de concurso e na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no que diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- k) Analisar e aprovar os Planos de Execução BIM (BEP) apresentados no âmbito dos contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto e de execução de empreitadas, garantindo a sua conformidade com os Requisitos de Troca de Informação definidos;
- l) Aprovar, no âmbito de contratos de empreitadas, sob proposta do Diretor de Fiscalização, o modelo “As build” da obra executada, assegurando a sua conformidade com os Planos de Execução BIM (BEP) aprovados;
- m) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- n) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### Artigo 10.º

São delegadas no **Coordenador do Núcleo Administrativo e Financeiro, Gonçalo dos Santos Lopes**, as seguintes competências no âmbito das atribuições do respetivo Núcleo:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas,



referentes à locação de bens móveis e à aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;

- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);
- c) Autorizar o pagamento de despesas através do Fundo Fixo de Caixa, nos termos do regulamento interno em vigor;
- d) Autorizar a reposição de fundos fixos de caixa devidamente justificados, nos termos do regulamento interno em vigor;
- e) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;

--

- viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
- ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
- x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- f) Autorizar a realização de despesas, devidamente calculadas, relativas a juros de mora legais, devidos a atrasos de pagamento imputáveis à Lisboa SRU;
- g) Autorizar a realização de despesas relacionadas com custos com retenções bancárias às taxas legais em vigor, bem como despesas com taxas e impostos obrigatórios por lei;
- h) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequentemente conferência de faturas;
- i) Efetuar, com prévia autorização dos cocontratantes, cativações de saldos credores para caução de contratos, bem como autorizar a substituição de cauções prestadas por qualquer outra modalidade, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos e nos respetivos cadernos de encargos;
- j) Comunicar às entidades emitentes de cauções a decisão de respetivo acionamento, proceder ao registo das quantias recebidas e promover a prestação do reforço do valor das cauções executadas junto dos cocontratantes;
- k) Comunicar às entidades emitentes de cauções, nos termos do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, a decisão da respetiva liberação após autorização pelo órgão competente;
- l) Decidir e comunicar às entidades emitentes de cauções referentes a adiantamentos o deferimento ou indeferimento de liberação;

- m) Subscrever declarações ou quaisquer outros documentos necessários para cumprimento de obrigações declarativas de informação de natureza fiscal da Lisboa SRU por via dos sítios da internet do Ministério das Finanças e/ou da Autoridade Tributária e Aduaneira, com exceção dos relativos ao processamento de remunerações e dos que devam ser obrigatoriamente assinados e submetidos pelo Técnico Oficial de Contas, e dar sequência aos assuntos processados neste âmbito;
- n) Apresentar requerimentos junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente a prestação de esclarecimentos, isenções fiscais ou reembolsos;
- o) Efetuar pagamentos de despesas aprovadas e contabilizadas da Lisboa SRU, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- p) Efetuar comunicações de declaração de compensação de créditos com valores em dívida;
- q) Executar alterações orçamentais (Orçamento e Plano) de natureza permutativa, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- r) Subscrever documentos em cumprimento de obrigações declarativas legalmente obrigatórias perante o Tribunal de Contas, Direção Geral da Administração Local, Inspeção Geral de Finanças e Instituto Nacional de Estatística;
- s) Subscrever pedidos de reembolso de contratos programa ou faturação a entidades externas no âmbito do ciclo da receita;
- t) Gerir os contratos de seguro relativos ao património da Lisboa SRU, designadamente comunicando às empresas seguradoras os sinistros ocorridos;
- u) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de trabalhos complementares aprovadas pelo Conselho de Administração;
- v) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores;
- w) Subscrever e submeter documentos referentes à prestação de contas perante o Tribunal de Contas e em cumprimento com o disposto na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;
- x) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito do respetivo Núcleo;

75



- y) Subscriver declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações de autorização de circulação e utilização de viaturas, declarações de compromisso e declarações abonatórias;
- z) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos ao respetivo Núcleo relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### Artigo 11.º

São delegadas na **Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração, Margarida Gomes Fartura**, as seguintes competências no âmbito das atribuições do respetivo Núcleo:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação de bens móveis e à aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- b) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a preparos, a custas, a emolumentos, ou a quaisquer outras no âmbito de processos judiciais ou arbitrais;
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, com atos notariais, registais e certificações legais;
- d) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, com a publicação de anúncios por razões de conveniência ou em cumprimento de norma legal em vigor, no âmbito de processos judiciais;
- e) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:

- i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- f) Subscrever declarações, requerimentos, esclarecimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar no âmbito da tramitação de processos que decorram perante entidades administrativas e tribunais judiciais ou arbitrais;
- g) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- h) Receber e assinar citações e notificações judiciais em nome da Lisboa SRU;



- i) Participar, em representação da Lisboa SRU, às entidades competentes quaisquer atos ou factos suscetíveis de constituírem crime ou contraordenação;
- j) Reconhecer, certificar e autenticar documentos e contratos celebrados pela Lisboa SRU;
- k) Certificar as reproduções das deliberações do Conselho de Administração e os extratos das atas das respetivas reuniões;
- l) Emitir certidões de documentos existentes nos registos e arquivos da Lisboa SRU de natureza corrente ou não corrente, bem como certificados de factos e de atos praticados e de situações ocorridas na Lisboa SRU;
- m) Requerer a publicação, no sítio do Diário da República Eletrónico e Boletim Municipal, por razões de conveniência ou em cumprimento de norma legal em vigor, de deliberações do Conselho de Administração, bem como de avisos, despachos ou quaisquer atos de natureza normativa, e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- n) Representar a Lisboa SRU junto do Tribunal de Contas no âmbito de processos de fiscalização prévia e fiscalização sucessiva, em cumprimento do disposto na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e nas Resoluções daquele Tribunal;
- o) Emitir declarações, em representação da Lisboa SRU e uma vez consultado o Presidente do Conselho de Administração, no âmbito do exercício do direito de preferência da Lisboa SRU, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana);
- p) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- q) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de trabalhos complementares aprovadas pelo Conselho de Administração;
- r) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito do respetivo Núcleo;
- s) Subscrever declarações, requerimentos, esclarecimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias;
- t) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos ao respetivo

38

Núcleo relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### Artigo 12.º

São delegadas na **Coordenadora do Núcleo Jurídico e de Contratação, Cristina Sandra Domingues dos Santos**, as seguintes competências no âmbito das atribuições do respetivo Núcleo:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação de bens móveis e à aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à aquisição de serviços relacionados com viagens em serviço de trabalhadores da Lisboa SRU, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, com a publicação de anúncios por razões de conveniência ou em cumprimento de norma legal em vigor, no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos;
- d) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;

70

- iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- e) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- f) Decidir sobre pedidos de prorrogação dos prazos para apresentação de propostas, para apresentação dos documentos de habilitação e para prestação de caução;
- g) Responder a pedidos de esclarecimentos e decidir sobre erros e omissões, procedendo às respetivas notificações na plataforma eletrónica de contratação pública, depois de consultadas as áreas envolvidas;
- h) Proceder à retificação de peças, na sequência de pedidos de esclarecimentos e erros e omissões ou oficiosamente, depois de consultadas as áreas envolvidas;
- i) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das decisões de

qualificação, seleção, adjudicação e das decisões de não adjudicação, nos termos das respetivas propostas aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- j) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das minutas de contratos aprovadas por decisão do órgão competente para a decisão de contratar;
- k) Notificar os adjudicatários para suprimimento de irregularidades, em fase de habilitação, nos termos das peças dos procedimentos;
- l) Notificar projetos de caducidade por não apresentação dos documentos de habilitação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, fixar prazos para audiência prévia, decidir e notificar decisões finais;
- m) Apreciar e decidir fundamentadamente as reclamações apresentadas pelos adjudicatários às minutas dos contratos notificadas, observando o disposto nos artigos 99.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos;
- n) Apreciar e decidir fundamentadamente as reclamações às minutas de aditamentos a contratos notificadas, aprovando as necessárias retificações e inclusão de cláusula de reservas, depois de consultadas as áreas envolvidas;
- o) Proceder à tramitação, na plataforma eletrónica de contratação pública, de procedimentos de ajuste direto simplificado, desde a sua publicação até à sua adjudicação e a respetiva publicação no portal Basegov;
- p) Promover a publicação de anúncios obrigatórios, bem como assegurar o cumprimento de todas as obrigações de comunicação de informação previstas no Código dos Contratos Públicos e portarias regulamentares, designadamente nos sítios oficiais da Internet criados para o efeito;
- q) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- r) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de trabalhos complementares aprovadas pelo Conselho de Administração;
- s) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito do respetivo Núcleo;
- t) Subscrever declarações, requerimentos, esclarecimentos ou quaisquer outros

11

documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias;

- u) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos ao respetivo Núcleo relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

### Artigo 13º

São delegadas no **Coordenador do Núcleo de Recursos Humanos, Pedro Miguel Fernandes de Senna Fernandes**, as seguintes competências no âmbito das atribuições do respetivo Núcleo:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação de bens móveis e à aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços de formação previstos no artigo 6.º A do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 10.000,00 € (dez mil euros);
- c) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;



- v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- d) Subscrever declarações relativas à confirmação da situação laboral de trabalhadores na Lisboa SRU, a pedido dos mesmos, desde que referindo claramente o fim e a entidade a que as mesmas se destinam;
- e) Subscrever declarações de frequência de ações formativas internas, ministradas por trabalhadores da Lisboa SRU;
- f) Subscrever declarações ou quaisquer outros documentos necessários para cumprimento de obrigações declarativas da Lisboa SRU relativas ao processamento de remunerações e contribuições obrigatórias para Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, com exceção dos que devam ser obrigatoriamente assinados e submetidos pelo Técnico Oficial de Contas, e dar sequência aos assuntos processados neste âmbito;
- g) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- h) Autorizar a realização de despesas referentes à atribuição das quantias legalmente

devidas no termo dos contratos de trabalho;

- i) Gerir os contratos de seguro de acidentes de trabalho e de saúde e comunicar às empresas seguradoras os acidentes de trabalho ocorridos com trabalhadores da Lisboa SRU, assegurando a tramitação inerente à gestão do respetivo sinistro;
- j) Assinar notificações de caducidade de contrato de trabalho previamente autorizadas pelo Conselho de Administração;
- k) Praticar as diligências administrativas necessárias junto da Câmara Municipal de Lisboa em matéria de recursos humanos e na sequência de deliberação do Conselho de Administração;
- l) Autorizar a anulação de saldos de compromissos de contratos na sequência de informação prestada pelos respetivos Gestores de Contrato;
- m) o) Aprovar alterações de repartições de encargos plurianuais de quaisquer contratos celebrados e alterações de repartições de encargos plurianuais de ordens de execução de trabalhos complementares aprovadas pelo Conselho de Administração;
- n) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito do respetivo Núcleo;
- o) Subscriver declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos, a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente em matéria laboral e de recursos humanos, nomeadamente declarações abonatórias;
- p) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos ao respetivo Núcleo relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

#### **Artigo 14.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho de Administração conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação, a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação da presente deliberação;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo delegado, bem como a sua revogação ou

modificação.

#### Artigo 15.º

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente delegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente delegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica da mesma, caso aplicável de acordo com as normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências delegadas, bem como das que forem subdelegadas, com exceção das aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da delegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### Artigo 16.º

1. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Obras 1 fica autorizada a subdelegar nos que de si dependem, direta e hierarquicamente e sem faculdade de subdelegação:
  - a) nos Gestores de Projeto Sêniores e Principais: as competências conferidas nas alíneas d) - até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) e), f), h), k), l), o), p), t), u), v), w) e x) do artigo 1.º;
  - b) nos Gestores de Projeto Juniores e Gestores de Projeto: as competências conferidas nas alíneas h), k), l), o), p), t), u), w) e x) do artigo 1.º.
2. Nos termos do disposto no artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo, a

15

Diretora da Direção Obra 2 fica autorizada a subdelegar nos que de si dependem, direta e hierarquicamente e sem faculdade de subdelegação:

- a) nos Gestores de Projeto Sêniores e Principais: as competências conferidas nas alíneas d) - até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) -, e), f), h), k), l), o), p), t), u), v), w) e x) do artigo 2.º;
- b) nos Gestores de Projeto Júniores e Gestores de Projeto: as competências conferidas nas alíneas h), k), l), o), p), t), u), w) e x) do artigo 2.º.

3. Nos termos do disposto no artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo, o Diretor da Direção Obra 3 fica autorizado a subdelegar nos que de si dependem, direta e hierarquicamente e sem faculdade de subdelegação:

- a) nos Gestores de Projeto Sêniores e Principais: as competências conferidas nas alíneas d) - até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) -, e), f), h), k), l), o), p), t), u), v), w) e x) do artigo 3.º;
- b) nos Gestores de Projeto Júniores e Gestores de Projeto: as competências conferidas nas alíneas h), k), l), o), p), t), u), w) e x) do artigo 3.º.

4. Nos termos do disposto no artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público fica autorizada a subdelegar:

- a) na Coordenação de si direta e hierarquicamente dependente e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas a) - até ao limite de 5.000,00 € (cinco mil euros), b), c), g), ee), ff), gg), ii), jj) e kk) do Artigo 4.º;
- b) na Coordenação de si direta e hierarquicamente dependente e com faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas h), j) e hh) do Artigo 4.º;
- c) nos Gestores de Projeto Sêniores e Principais que de si dependem, direta e hierarquicamente e sem faculdade de subdelegação: as competências conferidas nas alíneas d) - até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) -, e), f), h), k), l), o), p), t), u), v), w) e x) do artigo 4.º;
- d) nos Gestores de Projeto Júniores e Gestores de Projeto que de si dependem, direta e hierarquicamente e sem faculdade de subdelegação: as competências conferidas nas alíneas h), k), l), o), p), t), u), w) e x) do artigo 4.º.

5. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Apoio Técnico/Pós Obra fica autorizada a subdelegar nos trabalhadores de si direta e hierarquicamente dependentes e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas f), g), j), k), l) e q) do Artigo 5.º;
6. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Projeto 1 fica autorizada a subdelegar nos trabalhadores de si direta e hierarquicamente dependentes e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas f), g) e h) do Artigo 6.º.
7. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, o Diretor da Direção Projeto 2 fica autorizado a subdelegar nos trabalhadores de si direta e hierarquicamente dependentes e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas f), g) e h) do Artigo 7.º.
8. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, o Diretor da Direção Projeto 3, fica autorizado a subdelegar:
  - a) na Coordenação de si direta e hierarquicamente dependente e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas a) - até ao limite de 5.000,00 € (cinco mil euros), b), c), d), e) e o) do Artigo 8.º;
  - b) na Coordenação de si direta e hierarquicamente dependente e com faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas f), g) e h) do Artigo 8.º;
  - c) nos trabalhadores de si direta e hierarquicamente dependentes e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas f), g) e h) do Artigo 8.º.
9. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção de Planeamento e Gestão da Informação fica autorizada a subdelegar:
  - a) Na Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação, de si direta e hierarquicamente dependente e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas a) - até ao limite de 5.000,00 € (cinco mil euros), c) e n) do Artigo 9.º;
  - b) Na Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação de si direta e hierarquicamente dependente e com faculdade de subdelegação, a competência conferida na alínea d) do Artigo 9.º;



- c) No Coordenador da Coordenação BIM, de si direta e hierarquicamente dependente e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas a) - até ao limite de 5.000,00 € (cinco mil euros), c) e n) do Artigo 9.º;
- d) No Coordenador da Coordenação BIM, de si direta e hierarquicamente dependente e com faculdade de subdelegação, as competências conferidas na alínea d), j), k) e l) do Artigo 9.º;
- e) nos trabalhadores de si direta e hierarquicamente dependentes e sem faculdade de subdelegação, a competência conferida na alínea d) do Artigo 9.º.
10. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, o Coordenador do Núcleo Administrativo e Financeiro fica autorizado a subdelegar, nos trabalhadores de si direta e hierarquicamente dependentes e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas a), c), d), e), h), i), j), k), l), m), o), p), q), r), s) e t) do Artigo 10.º.
11. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, a Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração fica autorizada a subdelegar, nos trabalhadores de si direta e hierarquicamente dependentes e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas k), l), m) e n) do Artigo 11.º.
12. Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, a Coordenadora do Núcleo Jurídico e de Contratação fica autorizada a subdelegar, nos trabalhadores de si direta e hierarquicamente dependentes e sem faculdade de subdelegação, as competências conferidas nas alíneas e), i), j), k), l), o) e p) do Artigo 12.º.
13. Todos os atos praticados ao abrigo da delegação ou subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao delegante ou subdelegante.
14. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### Artigo 17.º

Cada dirigente deve apresentar ao Conselho de Administração um relatório trimestral dos atos

4R

que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente delegação de competências e das eventuais subdelegações de competências subsequentes aprovadas pelos dirigentes, com indicação dos respetivos montantes.

#### Artigo 18.º

1. A presente deliberação entra em vigor no dia 27 de janeiro de 2026.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos dirigentes da Lisboa SRU, no âmbito das competências delegadas, a partir da sua aprovação e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

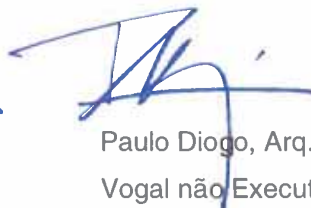
Lisboa, 26 de janeiro de 2026



Gonçalo Costa, Eng.º  
Presidente



Ana Costa, Eng.ª  
Vogal



Paulo Diogo, Arq.º  
Vogal não Executivo

## Subdelegação de Competências da Diretora da Direção Obra 1 nos Gestores de Projeto da Direção Obra 1 da Lisboa SRU

DM

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 1 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Gestores de Projeto da Direção Obra 1, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Ana Valentina Pereira Ramos Nunes Barbas**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;

111

- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

## Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Jorge Filipe de Jesus Lopes**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de



aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;

- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Susana Patrícia Martinho do Carmo**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;

- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

M.

#### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Ana Mónica Francisco Pereira**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou

modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;

- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.


#### **Artigo 5.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Obra 1 conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

#### **Artigo 6.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.

- 
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
    - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
    - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
    - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
  3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### **Artigo 7.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 8.º**

Os Gestores de Projeto da Direção da Direção Obra 1 devem apresentar à Diretora da Direção de Obra 1 um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 9.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto da Direção Obra 1 da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim



Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção de Obra 1



(Teresa Margarida Valdez Saraiva Lancinha Domingues Pereira)

## Subdelegação de Competências da Diretora da Direção Obra 2 nos Gestores de Projeto da Direção Obra 2 da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Gestores de Projeto da Direção Obra 2, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Alexandra Maria do Carmo de Abreu Salgado**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;

- e) Subscriver autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

## Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Fátima Maria Filipe da Fonseca**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes

competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscriver autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;

- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Ernani António Ferreira**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de



Planeamento e Gestão de Informação;

- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica

das obras executadas.

#### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Bruno Nathaniel Ribeiro Diniz**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;

- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Luís Gonçalo de Azevedo e Castro Dias da Silva**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo

381.º do Código dos Contratos Públicos;

- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção de Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscriver autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;

- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

### **Artigo 6.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Obra 2 conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### **Artigo 7.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto



no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

## Artigo 8.º

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

## Artigo 9.º

Os Gestores de Projeto da Direção Obra 2 devem apresentar à Diretora da Direção Obra 2 um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

## Artigo 10.º

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto da Direção Obra 2 da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção Obra 2



(Ana Maria Martins Esteves Frizado)

## Subdelegação de Competências do Diretor da Direção Obra 3 nos Gestores de Projeto da Direção Obra 3 da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 3 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Gestores de Projeto da Direção Obra 3, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Inês Isabel Cardoso Dos Santos Figueiredo**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;

- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

## Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **João Ricardo Bastos de Sá**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de

aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;

- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Carlos Eliseu Caetano Ferro Mendes**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;



- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

#### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Leila Bugalho Mint Ely Mokhtar**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;

- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

#### **Artigo 5.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o Diretor da Direção Obra 3 conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

#### **Artigo 6.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa

SRU.

2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### **Artigo 7.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 8.º**

Os Gestores de Projeto da Direção Obra 3 devem apresentar ao Diretor da Direção Obra 3 um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 9.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto da Direção

# LISBOA SRU.

Obra 3 da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

O Diretor da Direção Obra 3



(Pedro Martins dos Santos)



**Subdelegação de Competências da Diretora da Direção Projeto e Obra  
Espaço Público nos Gestores de Projeto da Direção Projeto e Obra  
Espaço Público da Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 4 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Gestores de Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

**Artigo 1.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Ruben Filipe Frango Francisco**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência

de faturas;

- e) Subscriver autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

## Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Emanuel Pedro Fontes Pereira de Melo dos Anjos**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as

seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos de receção ou de não receção definitiva, parcial ou total, assinalando todas as deficiências detetadas;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.;
- d) Subscriver declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Carla Patrícia Barbosa Gonçalves**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;

- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscriver autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

**Artigo 4.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Marco António Nunes Monteiro**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento e Gestão de Informação;
- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscriver autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de



Fiscalização, a respetiva ata;

- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **André Branco Almeida**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de trabalhos complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos e até ao limite, por ordem de execução, de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e sem impacto nos prazos parciais ou global das empreitadas, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- b) Ordenar, por escrito, a supressão de trabalhos no âmbito da execução dos contratos celebrados, desde que tal não gere a obrigação de indemnização prevista no artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Proceder ao envio para o Tribunal de Contas, nos termos e prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, das ordens de execução emitidas ao abrigo da presente delegação, com reporte de tal informação à Direção Planeamento

e Gestão de Informação;

- d) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- e) Subscrever autos de consignação de obras, bem como autos de medição ou de retificação de medições dos trabalhos executados, e ainda os boletins de aprovação de materiais;
- f) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos, designadamente de receção ou de não receção, provisória ou definitiva, parcial ou total, assinalando a situação da execução dos trabalhos e todas as deficiências detetadas;
- g) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Convocar ou participar em reuniões de obra que não envolvam qualquer alteração ou modificação ao contrato de empreitada e assinar, em conjunto com o Diretor de Fiscalização, a respetiva ata;
- i) Aprovar os Planos de Segurança e Saúde, os Planos de Gestão de Qualidade, os Planos de Gestão Ambiental, Planos de Gestão de Resíduos e os Planos de aprovisionamento apresentados pelos empreiteiros e os respetivos desenvolvimentos;
- j) Aprovar o Plano de Alojamento Temporário destinado a trabalhadores deslocados nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2025, de 21 de novembro, nos contratos de empreitada da respetiva Direção;
- k) Aprovar revisões de preços no âmbito dos contratos de empreitada, de acordo com os cronogramas constantes dos contratos ou das suas alterações, sem limite de valor e observado o Manual de Procedimentos;
- l) Exercer todos os poderes de direção sobre a equipa de fiscalização e coordenação de segurança e sobre a equipa de projeto (fase de assistência técnica de projeto), em estreito cumprimento dos respetivos contratos;
- m) Aprovar, sob proposta do Diretor de Fiscalização, as telas finais e a compilação técnica das obras executadas.

### **Artigo 6.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### **Artigo 7.º**

- 1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
- 2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
- 3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

### **Artigo 8.º**

- 1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.

2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 9.º**

Os Gestores de Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público devem apresentar à Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 10.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto da Direção Projeto e Obra de Espaço Público da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público



(Isabel Maria Trindade Neto)

**Subdelegação de Competências da Diretora da Direção Projeto e Obra  
Espaço Público no Coordenador da Coordenação Projeto da Direção  
Projeto e Obra Espaço Público da Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 4 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, no Coordenador da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

**Artigo 1.º**

São delegadas, sem faculdade de subdelegação, no Coordenador da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público, **João Carlos Duarte Marrana**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis e a aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual, mas excluindo as despesas referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas para cuja intervenção não tenha existido ainda nenhum procedimento concursal aprovado pelo presente Conselho de Administração;
- b) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas e à contratação dos serviços previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 30.000,00 € (trinta mil euros);



- c) Autorizar a realização de despesas, independentemente do valor, relativas a taxas devidas em cumprimento de obrigação legal;
- d) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) supra:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa Ocidental SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- e) Aprovar alterações de Gestor de Contrato no âmbito da respetiva Direção;
- f) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar

perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias, declarações de execução de obra, declarações de autorização de terceiros e declarações sobre a conformidade técnica e legal dos elementos da solução das obras;

- g) Ordenar por escrito, nos termos e com a observância dos limites legais, com o devido enquadramento e observado o Manual de Procedimentos, a realização de serviços complementares nos termos do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre as propostas de preços apresentadas pelos cocontratantes, sobre a fixação de preços novos para a execução dos mesmos e autorizar a realização das correspondentes despesas até ao limite, por ordem de execução, de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros);
- h) Proceder, no âmbito de contratos de aquisição de serviços, ao indeferimento, devidamente fundamentado, de pedidos de prorrogação de prazo, bem como propor ao Conselho de Administração a aprovação das prorrogações de prazo que sejam requeridas;
- i) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

## Artigo 2.º

São delegadas, com faculdade de subdelegação, no Coordenador da Coordenação Projeto da Direção Projeto é Obra Espaço Público, **João Carlos Duarte Marrana**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequente conferência de faturas;
- b) Representar a Lisboa Ocidental SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- c) Proceder, no âmbito de contratos de aquisição de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração.

### Artigo 3.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### Artigo 4.º

- 1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
- 2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
- 3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

### Artigo 5.º

- 1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão

reportados mensalmente ao subdelegante.

2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 6.º**

O Coordenador da Coordenação Projeto da Direção da Direção Projeto e Obra Espaço Público deve apresentar à Diretora da Direção Projeto e Obra de Espaço Público um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 7.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelo Coordenador da Coordenação Projeto da Direção da Direção Projeto e Obra Espaço Público da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público



(Isabel Maria Trindade Neto)



**Subdelegação de Competências do Coordenador da Coordenação  
Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público nos Gestores de  
Projeto da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço  
Público da Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 2.º da Subdelegação de Competências da Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Gestores de Projeto da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público, as competências que me foram subdelegadas por despacho da Diretora da Direção Projeto e Obra Espaço Público de 26 de janeiro de 2026, nos termos que seguem:

**Artigo 1.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Catarina Isabel Dinis de Abreu**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

**Artigo 2.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Ana Marta Fonseca Alberto Costa Dias**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:



- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Vasco Miguel Pinelo de Melo**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Victor Nuno Beiramar Varandas Duarte Diniz**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;



- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Teresa Isabel Machado Celorico**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 6.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o Coordenador da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação

ou modificação.

### **Artigo 7.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas;
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

### **Artigo 8.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de coordenação, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

### Artigo 9.º

Todos os Gestores de Projeto da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público devem apresentar ao Coordenador da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra de Espaço Público da Lisboa SRU um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

### Artigo 10.º

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto da Coordenação Projeto da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

O Coordenador da Coordenação Projeto da Direção Projeto e Obra Espaço Público



(João Carlos Duarte Marrana)

## Subdelegação de Competências da Diretora da Direção Apoio Técnico e Pós-Obra nos Gestores de Projeto e Técnicos Superiores da Direção Apoio Técnico e Pós- Obra da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 5 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego nos Gestores de Projeto e Técnicos Superiores da Direção Apoio Técnico e Pós-Obra, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Carlos Alberto Santos Lopes**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Subscrever os autos para formalização de entrega de infraestruturas das obras às concessionárias;
- d) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- e) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias.

### Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Carlos Manuel**



**Sendas Vaz**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Assinar autos de receção de bens móveis e autos de entrega de objetos, estes últimos para efeitos do disposto no artigo 364.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Subscrever os autos para formalização de entrega de infraestruturas das obras às concessionárias;
- d) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- e) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Luísa Margarida Leal Torres Branco**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- c) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias.

### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Nuno José dos**

**Santos Cerqueira**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Convocar e levar a efeito quaisquer vistorias, no âmbito da execução dos contratos de empreitada, e lavrar e assinar os respetivos autos de receção ou de não receção definitiva, parcial ou total, assinalando todas as deficiências detetadas;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.;
- d) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica Superior **Marta de Góis Ribeiro de Carvalho**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais;
- c) Subscrever declarações, requerimentos ou quaisquer outros documentos a apresentar perante entidades públicas e privadas, relativos a assuntos de natureza corrente, nomeadamente declarações abonatórias.

#### Artigo 6.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Apoio Técnico e Pós Obra conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### **Artigo 7.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

### **Artigo 8.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências

subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

### Artigo 9.º

Os Gestores de Projeto e Técnicos Superiores da Direção Apoio Técnico e Pós-Obra devem apresentar à Diretora da Direção Apoio Técnico e Pós-Obra um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

### Artigo 10.º

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto e Técnicos Superiores da Direção Apoio Técnico e Pós-Obra da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção Apoio Técnico e Pós-Obra

Sofia Mourão

(Sofia Marques Santos Mourão Rosa Tropa)

## Subdelegação de Competências da Diretora da Direção Projeto 1 nos Gestores de Projeto da Direção Projeto 1 da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 6 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Gestores de Projeto da Direção Projeto 1, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Joana Catarina de Oliveira Couto Chartiel**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Sónia Barbosa Steiger Garção**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto,



à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;

- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Tiago de Sousa Braz Nogueira**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Daniel Lopez Hernadez**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;

- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Maria Carolina Anão Aurélio Cano**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 6.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Sónia Cristina Esteves Nunes**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades,

nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

## Artigo 7.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestora de Projeto **Daniela Macedo Freire**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

## Artigo 8.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Adriana dos Santos Preguiça Ferraz**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### **Artigo 12.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

### **Artigo 13.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
4. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de

### Artigo 9.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Miguel Jorge Arruda**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 10.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Maria Margarida Dinis Maurício**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 11.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção Projeto 1 conserva, entre outras, as seguintes competências:



subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### Artigo 14.º

Os Gestores de Projeto da Direção Projeto 1 devem apresentar à Diretora da Direção Projeto 1 um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### Artigo 15.º

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto da Direção Projeto 1 da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção Projeto 1



(Susana de Azevedo Coutinho Rato)

## Subdelegação de Competências do Diretor da Direção Projeto 2 nos Gestores de Projeto da Direção Projeto 2 da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 7 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Gestores de Projeto da Direção Projeto 2, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Cátia Santana Alves da Costa**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Luís Carlos Botelho Moreira Braga**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto,

à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;

- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Rui Sousa Pinto**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Filipe Moraes Araújo**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;

- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **António Maria Corrêa de Sá de Vasconcelos**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 6.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o Diretor da Direção Projeto 2 conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

#### Artigo 7.º

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções,

manuals e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.

2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

### **Artigo 8.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

### **Artigo 9.º**

Os Gestores de Projeto da Direção Projeto 2 devem apresentar ao Diretor da Direção Projeto 2 um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

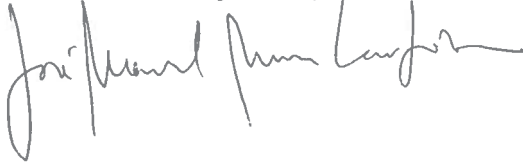


**Artigo 10.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto da Direção Projeto 2 da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

O Diretor da Direção Projeto 2



(José Manuel Nunes Laranjeira)



LISBOA SRU.

### Subdelegação de Competências do Diretor da Direção Projeto 3 nos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção Projeto 3 da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 1 do artigo 8.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração no Diretor da Direção Projeto 3 da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção Projeto 3, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

#### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica Superior **Margarida Oliveira Bernardo**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Raul Daniel Mercier Vilaça e Moura**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e



fornecimentos e à consequente conferência de faturas;

- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica Superior **Ana Mafalda da Cruz Alves de Matos**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Jorge Fernando Cordeiro da Silva**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;



- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Constança Sepúlveda de Castelbranco Abecasis**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

#### Artigo 6.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o Coordenador da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3 conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;



- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

#### **Artigo 7.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### **Artigo 8.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.



### Artigo 9.º

Os Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção Projeto 3 devem apresentar ao Coordenador da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3 um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

### Artigo 10.º

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção Projeto 3 da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

O Diretor da Direção Projeto 3



(Marco António Couto Rodrigues)

**Subdelegação de Competências do Coordenador da Coordenação  
Estudos da Direção Projeto 3 nos Gestores de Projeto da Coordenação  
Estudos da Direção Projeto 3 da Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 2.º da Delegação de Competências do Diretor da Direção Projeto 3 no Coordenador da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3 da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Gestores de Projeto da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3, as competências que me foram subdelegadas por despacho do Diretor da Direção Projeto 3 de 27 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

**Artigo 1.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Ana Cristina Margalho Correia**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

**Artigo 2.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Gestora de Projeto **Ana Sofia Covas do Nascimento Rocha Pires Pombo**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, no âmbito de contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto, à receção e aprovação das fases de projeto prevista na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Representar a Lisboa SRU nos assuntos respeitantes a contratos em que esta seja parte, perante entidades licenciadoras, bem como perante outras entidades, nomeadamente em cumprimento de obrigações legais.

### **Artigo 3.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o Coordenador da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3 conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### **Artigo 4.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de

Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,

- c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
- 3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### **Artigo 5.º**

- 1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
- 2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 6.º**

Os Gestores de Projeto da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3 devem apresentar ao Coordenador da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3 um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 7.º**

- 1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
- 2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Gestores de Projeto da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3 da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

O Coordenador da Coordenação Estudos da Direção Projeto 3



(João Vieira Veríssimo)



## Subdelegação de Competências da Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação no Coordenador da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 9 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, no Coordenador da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Coordenador da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, **Carlos André Marques Mendes**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes a locação de bens móveis ou imóveis, a aquisição de bens e de serviços e a empreitadas de obras públicas, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- b) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) *supra*:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;

- iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo;
- c) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Direção à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

## Artigo 2.º

São subdelegadas, com faculdade de subdelegação, no Coordenador da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, **Carlos André Marques Mendes**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;

- b) Receber, verificar e aprovar os entregáveis BIM, nas fases de projeto previstas nas peças de concurso e na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no que diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Analisar e aprovar os Planos de Execução BIM (BEP) apresentados no âmbito dos contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto e de execução de empreitadas, garantindo a sua conformidade com os Requisitos de Troca de Informação definidos;
- d) Aprovar, no âmbito de contratos de empreitadas, sob proposta do Diretor de Fiscalização, o modelo "As build" da obra executada, assegurando a sua conformidade com os Planos de Execução BIM (BEP) aprovados.

### Artigo 3.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### Artigo 4º

- 1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
- 2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;

- b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### **Artigo 5.º**

- 1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
- 2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 6.º**

O Coordenador da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação deve apresentar à Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 7.º**

- 1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
- 2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelo Coordenador da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação



(Vera Corte Real Alves Pereira Pais)

## Subdelegação de Competências da Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação na Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 9 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU, E.M., S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, na Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, **Ana Sofia de Sousa Duarte Franco**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação de bens móveis ou imóveis e à aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a minuta do contrato, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- b) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) supra:
  - i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;



- ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- c) Praticar todos os atos de gestão respeitantes aos trabalhadores afetos à respetiva Coordenação relativos à aprovação de férias, à justificação de faltas, à autorização de deslocações em serviço e à aprovação de trabalho remoto.

## Artigo 2.º

São subdelegadas, com faculdade de subdelegação, na Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, **Ana Sofia de Sousa Duarte Franco**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

número do Boletim Municipal.

#### Artigo 5.º

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### Artigo 6.º

A Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação deve apresentar à Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### Artigo 7.º

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pela Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação

(Vera Corte Real Alves Pereira Pais)

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

### **Artigo 3.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### **Artigo 4º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e

## **Subdelegação de Competências da Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação nos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 9 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que seguem:

### **Artigo 1.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica **Isabel Maria Santos Rodrigues**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

### **Artigo 2.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Hugo Marco Caseiro Rodrigues**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

### **Artigo 3.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Júlio Augusto Soares de Almeida**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

#### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Rafael Cristino Valente**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Pedro Emanuel Amaral Parente Seixas**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

#### Artigo 6.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

#### Artigo 7.º

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- c) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - d) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - e) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### **Artigo 8.º**

- 1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
- 2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 9.º**

Os Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção de Planeamento e Gestão de Informação devem apresentar à Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 10.º**

- 1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
- 2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção de Planeamento e Gestão de Informação no âmbito



# LISBOA.SRU.

das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação



(Vera Corte Real Alves Pereira Pais)

## **Subdelegação de Competências da Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação nos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 9 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que seguem:

### **Artigo 1.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica **Isabel Maria Santos Rodrigues**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

### **Artigo 2.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Hugo Marco Caseiro Rodrigues**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

### **Artigo 3.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Júlio Augusto Soares de Almeida**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

#### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Rafael Cristino Valente**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Gestor de Projeto **Pedro Emanuel Amaral Parente Seixas**, no âmbito das atribuições da respetiva Direção, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

#### Artigo 6.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

#### Artigo 7.º

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- c) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - d) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - e) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### **Artigo 8.º**

- 1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
- 2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 9.º**

Os Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção de Planeamento e Gestão de Informação devem apresentar à Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 10.º**

- 1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
- 2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Técnicos Superiores e Gestores de Projeto da Direção de Planeamento e Gestão de Informação no âmbito

das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação



(Vera Corte Real Alves Pereira Pais)

**Subdelegação de Competências da Coordenadora da Coordenação  
Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de  
Informação nos Técnicos Superiores da Coordenação Informação e  
Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da  
Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 2.º da Subdelegação de Competências da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego nos Técnicos Superiores da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, as competências que me foram subdelegadas por despacho da Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação de 27 de janeiro de 2026 nos termos que seguem:

**Artigo 1.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica Superior **Ana Catarina Barata Antunes**, no âmbito das atribuições da respetiva Coordenação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas.

**Artigo 2.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.



### Artigo 3.º

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da respetiva unidade orgânica aprovado pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal sob o qual o despacho de subdelegação de competências foi publicado.

### Artigo 4.º

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

### Artigo 5.º

Os Técnicos Superiores da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de

Planeamento e Gestão de Informação devem apresentar à Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

**Artigo 6.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Técnicos Superiores da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Coordenadora da Coordenação Informação e Comunicação da Direção de Planeamento e Gestão de Informação



(Ana Sofia de Sousa Duarte Franco)

## Subdelegação de Competências do Coordenador da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 2.º da Subdelegação de Competências da Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego no Assessor do Conselho de Administração para TI, as competências que me foram subdelegadas por despacho da Diretora da Direção de Planeamento e Gestão de Informação de 27 de janeiro de 2026, nos termos que seguem:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Assessor do Conselho de Administração para TI, **Pedro Alexandre Abrantes Martins**, no âmbito das atribuições da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Receber, verificar e aprovar os entregáveis BIM, nas fases de projeto previstas nas peças de concurso e na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, observando o Manual de Procedimentos no que diz respeito ao reporte ao Conselho de Administração;
- c) Analisar e aprovar os Planos de Execução BIM (BEP) apresentados no âmbito dos contratos de prestação de serviços de elaboração de projeto e de execução de empreitadas, garantindo a sua conformidade com os Requisitos de Troca de Informação definidos;
- d) Aprovar, no âmbito de contratos de empreitadas, sob proposta do Diretor de Fiscalização, o modelo “As build” da obra executada, assegurando a sua conformidade com os Planos de Execução BIM (BEP) aprovados.

### Artigo 2.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o

Coordenador da Coordenação BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

### **Artigo 3.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção dos aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

### **Artigo 4.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.

2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### Artigo 5.º

O Assessor do Conselho de Administração para TI deve apresentar ao Coordenador de BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### Artigo 6.º

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelo Assessor do Conselho de Administração para TI da Lisboa SRU, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

O Coordenador BIM da Direção de Planeamento e Gestão de Informação



(Carlos André Marques Mendes)

**Subdelegação de Competências do Coordenador do Núcleo  
Administrativo e Financeiro nos Técnicos Superiores e Técnicos do  
Núcleo Administrativo e Financeiro da Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 10 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., adiante designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego nos Técnicos Superiores e Técnicos do Núcleo Administrativo e Financeiro as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

**Artigo 1.º**

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Ricardo Miguel Dias Pereira da Silva**, no âmbito das atribuições do respetivo do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Autorizar o pagamento de despesas através do Fundo Fixo de Caixa, nos termos do regulamento interno em vigor;
- b) Autorizar a reposição de fundos fixos de caixa devidamente justificados, nos termos do regulamento interno em vigor;
- c) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- d) Efetuar, com prévia autorização dos cocontratantes, cativações de saldos credores para caução de contratos, bem como autorizar a substituição de cauções prestadas por qualquer outra modalidade, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos e nos respetivos cadernos de encargos;
- e) Comunicar às entidades emitentes de cauções, nos termos do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, a decisão da respetiva liberação após autorização pelo órgão competente;



- f) Decidir e comunicar às entidades emitentes de cauções referentes a adiantamentos o deferimento ou indeferimento de liberação;
- g) Efetuar pagamentos de despesas aprovadas e contabilizadas da Empresa, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- h) Efetuar comunicações de declaração de compensação de créditos com valores em dívida;
- i) Executar alterações orçamentais (Orçamento e Plano) de natureza permutativa, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- j) Subscrever documentos em cumprimento de obrigações declarativas legalmente obrigatórias perante o Tribunal de Contas, Direção Geral da Administração Local, Inspeção Geral de Finanças e Instituto Nacional de Estatística;
- k) Subscrever pedidos de reembolso de contratos programa ou faturação a entidades externas no âmbito do ciclo da receita;
- l) Gerir os contratos de seguro relativos ao património da Lisboa SRU, designadamente comunicando às empresas seguradoras os sinistros ocorridos.

## Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico **Pedro Miguel Dos Santos Domingos**, no âmbito das atribuições do respetivo do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação de bens móveis e à aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 (euro) (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- b) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea anterior:

- i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo;
- c) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas.

### Artigo 3.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica **Ana Filipa Neto Ferreira de Almeida**, no âmbito das atribuições do respetivo do Núcleo, as seguintes

competências:

- a) Autorizar o pagamento de despesas através do Fundo Fixo de Caixa, nos termos do regulamento interno em vigor;
- b) Autorizar a reposição de fundos fixos de caixa devidamente justificados, nos termos do regulamento interno em vigor;
- c) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;

#### Artigo 4.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **David Coimbra Dionísio**, no âmbito das atribuições do respetivo do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Autorizar o pagamento de despesas através do Fundo Fixo de Caixa, nos termos do regulamento interno em vigor;
- b) Autorizar a reposição de fundos fixos de caixa devidamente justificados, nos termos do regulamento interno em vigor;
- c) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- d) Efetuar, com prévia autorização dos cocontratantes, cativações de saldos credores para caução de contratos, bem como autorizar a substituição de cauções prestadas por qualquer outra modalidade, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos e nos respetivos cadernos de encargos;
- e) Comunicar às entidades emitentes de cauções a decisão de respetivo acionamento, proceder ao registo das quantias recebidas e promover a prestação do reforço do valor das cauções executadas junto dos cocontratantes;
- f) Comunicar às entidades emitentes de cauções, nos termos do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, a decisão da respetiva liberação após autorização pelo órgão competente;

- g) Decidir e comunicar às entidades emitentes de cauções referentes a adiantamentos o deferimento ou indeferimento de liberação;
- h) Efetuar pagamentos de despesas aprovadas e contabilizadas da Empresa, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- i) Efetuar comunicações de declaração de compensação de créditos com valores em dívida;
- j) Executar alterações orçamentais (Orçamento e Plano) de natureza permutativa, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- k) Subscrever documentos em cumprimento de obrigações declarativas legalmente obrigatórias perante o Tribunal de Contas, Direção Geral da Administração Local, Inspeção Geral de Finanças e Instituto Nacional de Estatística;
- l) Subscrever pedidos de reembolso de contratos programa ou faturação a entidades externas no âmbito do ciclo da receita;
- m) Gerir os contratos de seguro relativos ao património da Lisboa SRU, designadamente comunicando às empresas seguradoras os sinistros ocorridos.

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, no Técnico Superior **Sérgio Ferreira Santos**, no âmbito das atribuições do respetivo do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Praticar todos os atos necessários à realização de despesas devidamente orçamentadas, referentes à locação de bens móveis e à aquisição de bens e de serviços, cuja responsabilidade ou valor não exceda, por contrato, 5.000,00 € (cinco mil euros), incluindo, nomeadamente a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a autorização da despesa, a decisão de adjudicação ou de não adjudicação, a revogação da adjudicação e, independentemente da aprovação de despesa ao abrigo da presente ou de anterior delegação de competências, a assinatura do contrato e a consequente execução contratual;
- b) Praticar os seguintes atos no âmbito da formação e execução de contratos celebrados na sequência de procedimentos de contratação pública por si autorizados nos termos da alínea a) supra:

- i. Decidir sobre retificações das peças do procedimento;
  - ii. Decidir sobre a aprovação das listas de erros e omissões dos cadernos de encargos, que sejam apresentadas pelos interessados;
  - iii. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas;
  - iv. Ordenar a suspensão da execução de trabalhos;
  - v. Decidir sobre prorrogações legais de prazos de execução de contratos;
  - vi. Decidir sobre pedidos de reposição do equilíbrio financeiro efetuados pelos cocontratantes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos ou no contrato celebrado;
  - vii. Denunciar os contratos, nos termos legalmente admissíveis;
  - viii. Aplicar, com os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, as multas previstas nos contratos, depois de decidir sobre as pronúncias apresentadas pelos cocontratantes em sede de audiência dos interessados, com base no projeto de aplicação de multas, previamente enviado, devidamente fundamentado;
  - ix. Acionar as cauções prestadas, bem como promover o acionamento dos mecanismos legais relativos ao exercício do direito de regresso contra terceiros e a restituição de qualquer quantia indevidamente paga ou correspondente a custos incorridos pela Lisboa SRU na execução dos contratos;
  - x. Autorizar, oficiosamente ou a pedido dos cocontratantes, depois de verificado o cumprimento do contrato, a liberação parcial, total ou faseada de cauções prestadas no âmbito do mesmo.
- c) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;
- d) Efetuar, com prévia autorização dos cocontratantes, cativações de saldos credores para caução de contratos, bem como autorizar a substituição de cauções prestadas por qualquer outra modalidade, nos termos previstos no Código dos

Contratos Públicos e nos respetivos cadernos de encargos;

- e) Comunicar às entidades emitentes de cauções a decisão de respetivo acionamento, proceder ao registo das quantias recebidas e promover a prestação do reforço do valor das cauções executadas junto dos cocontratantes;
- f) Comunicar às entidades emitentes de cauções, nos termos do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, a decisão da respetiva liberação após autorização pelo órgão competente;
- g) Decidir e comunicar às entidades emitentes de cauções referentes a adiantamentos o deferimento ou indeferimento de liberação;
- h) Efetuar pagamentos de despesas aprovadas e contabilizadas da Empresa, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- i) Efetuar comunicações de declaração de compensação de créditos com valores em dívida;
- j) Executar alterações orçamentais (Orçamento e Plano) de natureza permutativa, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- k) Subscrever documentos em cumprimento de obrigações declarativas legalmente obrigatórias perante o Tribunal de Contas, Direção Geral da Administração Local, Inspeção Geral de Finanças e Instituto Nacional de Estatística;
- l) Subscrever pedidos de reembolso de contratos programa ou faturação a entidades externas no âmbito do ciclo da receita;
- m) Gerir os contratos de seguro relativos ao património da Lisboa SRU, designadamente comunicando às empresas seguradoras os sinistros ocorridos.

#### Artigo 6.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica Superior **Carina Correia**, no âmbito das atribuições do respetivo do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos, nos termos dos Autos de Medição e a consequentemente conferência de faturas;



- b) Comunicar às entidades emitentes de cauções a decisão de respetivo acionamento, proceder ao registo das quantias recebidas e promover a prestação do reforço do valor das cauções executadas junto dos cocontratantes;
- c) Comunicar às entidades emitentes de cauções, nos termos do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, a decisão da respetiva liberação após autorização pelo órgão competente;
- d) Decidir e comunicar às entidades emitentes de cauções referentes a adiantamentos o deferimento ou indeferimento de liberação;
- e) Executar alterações orçamentais (Orçamento e Plano) de natureza permutativa, conjuntamente com um dos membros do Conselho de Administração;
- f) Subscrever documentos em cumprimento de obrigações declarativas legalmente obrigatórias perante o Tribunal de Contas, Direção Geral da Administração Local, Inspeção Geral de Finanças e Instituto Nacional de Estatística;
- g) Subscrever pedidos de reembolso de contratos programa ou faturação a entidades externas no âmbito do ciclo da receita;

#### **Artigo 7.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, o Coordenador do Núcleo Administrativo e Financeiro conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

#### **Artigo 8.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.

2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a) Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b) Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c) Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção das aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal.

#### **Artigo 9.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente ao subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 10.º**

Os Técnicos Superiores e os Técnicos do Núcleo Administrativo e Financeiro devem apresentar ao Coordenador do Núcleo Administrativo e Financeiro um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências, com indicação dos respetivos montantes.

#### **Artigo 11.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.

2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Técnicos Superiores e Técnicos do Núcleo Administrativo e Financeiro no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

O Coordenador do Núcleo Administrativo e Financeiro



(Gonçalo dos Santos Lopes)

## Subdelegação de Competências da Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração nos Técnicos Superiores e Técnicos do Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração na Lisboa SRU

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 11 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Técnicos Superiores e Técnicos do Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU, em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos seguintes termos:

### Artigo 1.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica **Cátia Sofia Teixeira da Costa**, no âmbito das atribuições do respetivo do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Certificar as reproduções das deliberações do Conselho de Administração e os extratos das atas das respetivas reuniões;
- b) Emitir certidões de documentos existentes nos registos e arquivos da Lisboa SRU de natureza corrente ou não corrente, bem como certificados de factos e de atos praticados e de situações ocorridas na Empresa;
- c) Requerer a publicação, no sítio do Diário da República Eletrónico e Boletim Municipal, por razões de conveniência ou em cumprimento de norma legal em vigor, de deliberações do Conselho de Administração, bem como de avisos, despachos ou quaisquer atos de natureza normativa, e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- d) Representar a Lisboa SRU junto do Tribunal de Contas no âmbito de processos de fiscalização prévia e fiscalização sucessiva, em cumprimento do disposto na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e nas Resoluções daquele Tribunal.

## Artigo 2.º

São subdelegadas, sem faculdade de subdelegação, na Técnica Superior **Gabriela Alexandra da Silva Correia**, no âmbito das atribuições do respetivo do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Certificar as reproduções das deliberações do Conselho de Administração e os extratos das atas das respetivas reuniões;
- b) Emitir certidões de documentos existentes nos registos e arquivos da Lisboa SRU de natureza corrente ou não corrente, bem como certificados de factos e de atos praticados e de situações ocorridas na Empresa;
- c) Requerer a publicação, no sítio do Diário da República Eletrónico e Boletim Municipal, por razões de conveniência ou em cumprimento de norma legal em vigor, de deliberações do Conselho de Administração, bem como de avisos, despachos ou quaisquer atos de natureza normativa, e autorizar a realização das correspondentes despesas;
- d) Representar a Lisboa SRU junto do Tribunal de Contas no âmbito de processos de fiscalização prévia e fiscalização sucessiva, em cumprimento do disposto na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e nas Resoluções daquele Tribunal.

## Artigo 3.º

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a Coordenadora Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

## Artigo 4.º

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de

competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.

2. A autorização de realização de qualquer despesa ao abrigo da presente subdelegação de competências fica condicionada à verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
  - a. Previsão da despesa no orçamento da Lisboa SRU da respetiva unidade orgânica;
  - b. Cumprimento do disposto nas normas legais aplicáveis sobre tal matéria, designadamente na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e nas leis do orçamento de Estado que, em cada ano, sejam aprovadas,
  - c. Prévia validação jurídica e financeira da mesma nos termos das normas e procedimentos internos em vigor.
3. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção das aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal sob o qual o despacho de subdelegação de competências foi publicado.

#### **Artigo 5.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente à subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

#### **Artigo 6.º**

Os Técnicos Superiores e os Técnicos devem apresentar à Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração um relatório trimestral dos atos que impliquem despesa ou gerem receita, praticados ao abrigo da presente subdelegação de



competências, com indicação dos respetivos montantes.

**Artigo 7.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Técnicos Superiores e pelos Técnicos do Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração



(Margarida Gomes Fartura)

**Subdelegação de Competências da Coordenadora do Núcleo  
Jurídico e de Contratação nos Técnicos Superiores e Técnicos do  
Núcleo Jurídico e de Contratação da Lisboa SRU**

Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 49.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 12 do artigo 16.º da Delegação de Competências do Conselho de Administração nos Dirigentes da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., adiante designada abreviadamente por “Lisboa SRU”, subdelego, nos Técnicos Superiores e Técnicos do Núcleo Jurídico e de Contratação, as competências que me foram delegadas por deliberação do Conselho de Administração da Lisboa SRU em reunião extraordinária de 26 de janeiro de 2026, nos termos que se seguem:

**Artigo 1.º**

São subdelegadas, na Técnica Superior **Patrícia Alexandra dos Reis Emídio Escada**, no âmbito das atribuições do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das decisões de qualificação, seleção, adjudicação e das decisões de não adjudicação, nos termos das respetivas propostas aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das minutas de contratos aprovadas por decisão do órgão competente para a decisão de contratar;
- d) Notificar os adjudicatários para suprimimento de irregularidades, em fase de habilitação, nos termos das peças dos procedimentos;
- e) Notificar projetos de caducidade por não apresentação dos documentos de habilitação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, fixar prazos para audiência prévia, decidir e notificar decisões finais;

- f) Proceder à tramitação, na plataforma eletrónica de contratação pública, dos procedimentos de ajuste direto simplificado, desde a sua publicação até á sua adjudicação e a respetiva publicação no portal Basegov;
- g) Promover a publicação de anúncios obrigatórios, bem como assegurar o cumprimento de todas as obrigações de comunicação de informação previstas no Código dos Contratos Públicos e portarias regulamentares, designadamente nos sítios oficiais da Internet criados para o efeito;

### Artigo 2.º

São subdelegadas, na Técnica Superior **Lara Alexandra Nunes da Silva**, no âmbito das atribuições do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das decisões de qualificação, seleção, adjudicação e das decisões de não adjudicação, nos termos das respetivas propostas aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das minutas de contratos aprovadas por decisão do órgão competente para a decisão de contratar;
- d) Notificar os adjudicatários para suprimimento de irregularidades, em fase de habilitação, nos termos das peças dos procedimentos;
- e) Notificar projetos de caducidade por não apresentação dos documentos de habilitação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, fixar prazos para audiência prévia, decidir e notificar decisões finais;
- f) Proceder à tramitação, na plataforma eletrónica de contratação pública, dos procedimentos de ajuste direto simplificado, desde a sua publicação até á sua adjudicação e a respetiva publicação no portal Basegov;
- g) Promover a publicação de anúncios obrigatórios, bem como assegurar o cumprimento de todas as obrigações de comunicação de informação

previstas no Código dos Contratos Públicos e portarias regulamentares, designadamente nos sítios oficiais da Internet criados para o efeito;

### Artigo 3.º

São subdelegadas, na Técnica Superior **Maria Isabel Martins Moreira Monteiro de Moraes**, no âmbito das atribuições do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das decisões de qualificação, seleção, adjudicação e das decisões de não adjudicação, nos termos das respetivas propostas aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das minutas de contratos aprovadas por decisão do órgão competente para a decisão de contratar;
- d) Notificar os adjudicatários para suprimento de irregularidades, em fase de habilitação, nos termos das peças dos procedimentos;
- e) Notificar projetos de caducidade por não apresentação dos documentos de habilitação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, fixar prazos para audiência prévia, decidir e notificar decisões finais;
- f) Proceder à tramitação, na plataforma eletrónica de contratação pública, dos procedimentos de ajuste direto simplificado, desde a sua publicação até à sua adjudicação e a respetiva publicação no portal Basegov;
- g) Promover a publicação de anúncios obrigatórios, bem como assegurar o cumprimento de todas as obrigações de comunicação de informação previstas no Código dos Contratos Públicos e portarias regulamentares, designadamente nos sítios oficiais da Internet criados para o efeito;

#### Artigo 4.º

São subdelegadas, no Técnico Superior **Filipe Miguel dos Santos Pacheco**, no âmbito das atribuições do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das decisões de qualificação, seleção, adjudicação e das decisões de não adjudicação, nos termos das respetivas propostas aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das minutas de contratos aprovadas por decisão do órgão competente para a decisão de contratar;
- d) Notificar os adjudicatários para suprimimento de irregularidades, em fase de habilitação, nos termos das peças dos procedimentos;
- e) Notificar projetos de caducidade por não apresentação dos documentos de habilitação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, fixar prazos para audiência prévia, decidir e notificar decisões finais;
- f) Proceder à tramitação, na plataforma eletrónica de contratação pública, dos procedimentos de ajuste direto simplificado, desde a sua publicação até à sua adjudicação e a respetiva publicação no portal Basegov;
- g) Promover a publicação de anúncios obrigatórios, bem como assegurar o cumprimento de todas as obrigações de comunicação de informação previstas no Código dos Contratos Públicos e portarias regulamentares, designadamente nos sítios oficiais da Internet criados para o efeito;

#### Artigo 5.º

São subdelegadas, no Técnico **Gonçalo Nuno Lopes Monge**, no âmbito das

atribuições do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Proceder à conferência, certificação, receção e aprovação de trabalhos, serviços e fornecimentos e à consequente conferência de faturas;
- b) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das decisões de qualificação, seleção, adjudicação e das decisões de não adjudicação, nos termos das respetivas propostas aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Proceder, na plataforma eletrónica de contratação pública, à notificação das minutas de contratos aprovadas por decisão do órgão competente para a decisão de contratar;
- d) Notificar os adjudicatários para suprimimento de irregularidades, em fase de habilitação, nos termos das peças dos procedimentos;
- e) Notificar projetos de caducidade por não apresentação dos documentos de habilitação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, fixar prazos para audiência prévia, decidir e notificar decisões finais;
- f) Proceder à tramitação, na plataforma eletrónica de contratação pública, dos procedimentos de ajuste direto simplificado, desde a sua publicação até à sua adjudicação e a respetiva publicação no portal Basegov;
- g) Promover a publicação de anúncios obrigatórios, bem como assegurar o cumprimento de todas as obrigações de comunicação de informação previstas no Código dos Contratos Públicos e portarias regulamentares, designadamente nos sítios oficiais da Internet criados para o efeito;

#### Artigo 6.º

São subdelegadas, no Técnico **Luís Filipe Costa Santos**, no âmbito das atribuições do Núcleo, as seguintes competências:

- a) Promover a publicação de anúncios obrigatórios, bem como assegurar o cumprimento de todas as obrigações de comunicação de informação previstas no Código dos Contratos Públicos e portarias regulamentares, designadamente



nos sítios oficiais da Internet criados para o efeito.

- b) Proceder à tramitação, na plataforma eletrónica de contratação pública, dos procedimentos de ajuste direto simplificado, desde a sua publicação até à sua adjudicação e a respetiva publicação no portal Basegov;

#### **Artigo 7.º**

Nos termos do disposto no artigo 49.º do Código do Procedimento Administrativo, a ora subdelegante conserva, entre outras, as seguintes competências:

- a) Avocação a qualquer momento e independentemente de quaisquer formalidades, da resolução de todo e qualquer assunto que entenda conveniente, sem que implique revogação do presente despacho;
- b) Direção e controlo dos atos praticados pelo subdelegado, bem como a sua revogação ou modificação.

#### **Artigo 8.º**

1. Na prática de quaisquer atos ao abrigo da presente subdelegação de competências, devem ser respeitadas as normas legais aplicáveis, bem como as normas, instruções, manuais e procedimentos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Lisboa SRU.
2. Em todos os atos praticados no exercício de competências subdelegadas, com exceção das aplicáveis a ordens de pagamentos e similares, deverá, em cumprimento do disposto no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, ser utilizada uma expressão do tipo "Ao abrigo da subdelegação de competências", fazendo-se menção à data e número do Boletim Municipal em que o presente despacho seja publicado.

#### **Artigo 9.º**

1. Todos os atos praticados ao abrigo da presente subdelegação de competências serão reportados mensalmente à subdelegante.
2. Sem prejuízo dos direitos de direção, avocação e superintendência, nos despachos de subdelegação de competências deve o subdelegante especificar as competências subdelegadas ou quais os atos que o subdelegado fica autorizado a praticar.

**Artigo 11.º**

1. O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.
2. Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelos Técnicos Superiores e Técnicos do Núcleo Jurídico e de Contratação, no âmbito das competências subdelegadas, a partir da data de assinatura do presente despacho e até à data da respetiva publicação no Boletim Municipal.

Lisboa, 27 de janeiro de 2026

A Coordenadora do Núcleo Jurídico e de Contratação

  
(Cristina Sandra Domingues Santos)



*Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras*

**ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11**

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

*Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML – Imprensa Municipal*

Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 218 171 350 **E-mail:** [boletim.municipal@cm-lisboa.pt](mailto:boletim.municipal@cm-lisboa.pt)